



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Marcelo de Medeiros Reis Filho

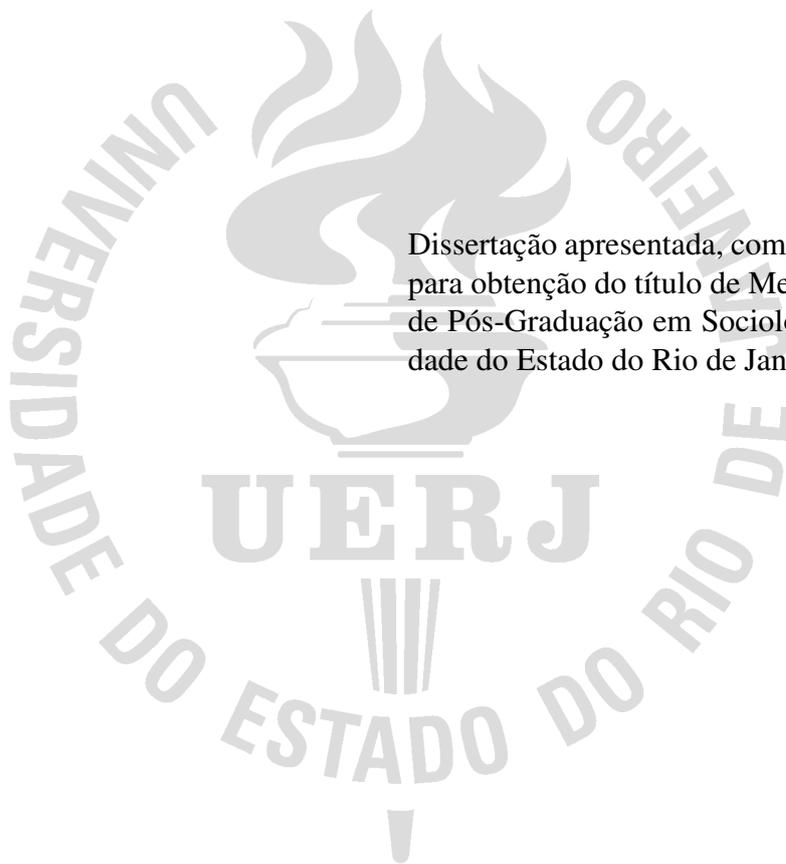
Calçadão de Bangu: projetos, fluxos e cotidianos

Rio de Janeiro

2022

Marcelo de Medeiros Reis Filho

Calçadão de Bangu: projetos, fluxos e cotidianos



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Palloma Valle Menezes

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D – IESP

R375 Reis Filho, Marcelo de Medeiros.
Calçadão de Bangu: projetos, fluxos e cotidianos / Marcelo de Medeiros Reis Filho. – 2022.
89f.: il.

Orientadora: Palloma Valle Menezes.
Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Planejamento urbano – Rio de Janeiro (RJ) - Teses. 2. Bangu (Rio de Janeiro, RJ) - Comércio – Teses. 3. Sociologia urbana – Teses. Teses. I. Menezes, Palloma Valle. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 711.4(815.3)

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Marcelo de Medeiros Reis Filho

Calçadão de Bangu: projetos, fluxos e cotidianos

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 08 de Dezembro de 2022.

Banca Examinadora:

Palloma Menezes (Orientadora)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

Mariana Cavalcanti
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Frank Andrew Davies
Universidade Vila Velha

Rio de Janeiro

2022

DEDICATÓRIA

Para todos que acreditaram.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Esta pesquisa não seria possível sem o apoio financeiro da CAPES e o todo o aparato institucional do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP). Agradeço a todos os funcionários da biblioteca, secretaria, limpeza, copa e demais setores. Meu dia a dia não seria o mesmo sem vocês. Retribuir a quantidade de café que bebi ali não seria possível nem em outra vida.

Agradeço a todos os integrantes do CASA. O acolhimento, sugestões e conversas com vocês dão sentido a esta trajetória acadêmica. Nomear cada um seria preciosismo. Ainda assim, deixo meu carinho ao Brauner, Gustavo Mesquita, Rodrigo Agueda, Michel, Rachel, Ananda, Clara Polycarpo, Marcos Campos, Vanessa e às professoras Mariana Cavalcanti e Eugênia Motta.

Não posso esquecer, é claro, do grupo que mais leu, comentou e releu este texto. Talvez até mais do que gostariam. Gustavo Azevedo, João Mina, Kharine Dantas, Ana Clara Macedo, Giovanna Monteiro, Thais Cruz e Jéssica Lóro, vulgo *Bonde da Palloma*. Para este último nome seria necessário escrever uma dissertação inteira para agradecer. Palloma, muito obrigado pelo apoio, conversas, sugestões, orientações e lembranças de prazos. Essa trajetória é construída coletivamente e te ter ao meu lado me lembra disso. Agradeço por tudo e desculpa pela minha desorganização.

Aos meus amigos da turma de Sociologia e Ciência Política de 2021, todo o afeto do mundo. Beatriz Pontes, Carolina Medeiros, Carlos Freitas, Guilherme Mello, Renata Rodrigues, Izabelle Camacho, Kizzy Collares, Eduardo Morrot, Vivian Almeida, Pedro Weissenberg e Tiago Zeitone. Um agradecimento especial ao Matheus Pestana pelos seus memes e o modelo do Overleaf que permitiu a formatação dessa dissertação. Entrar na pós-graduação em meio a uma pandemia, ainda longe de seu relaxamento, e continuar nela parecia loucura. Aqueles primeiros meses confirmavam isso. Vocês, porém, tornaram a sobrevivência e a vontade de continuar nesta jornada possível.

Aos que não são desse círculo acadêmico, obrigado por ouvirem minhas loucuras de pesquisa e me lembrarem que há outros mundos além desse. Juliana, João Pedro, João Paulo, Schubert, Luísa, Bianca, Luiz, Caio e Rafael. Apesar dos meus sumiços, vocês têm um lugar especial em meu coração. Para minha psicóloga, Maria, e psiquiatra, Marcella, agradeço pelo apoio nas horas difíceis. Uma lembrança aos *pets* que alegram minha vida, Bolt, Beto, Stella e Pagu. Vocês não vão ler isso, mas tudo bem.

Aos meus pais, estou vivo, mesmo que não atenda o telefone. Aos meus avós, inseriria uma figurinha de bom dia aqui no meio do texto. Às minhas irmãs, Rafaela e Marcela, todo o amor do mundo. Não haveria eu sem vocês. Aos meus cunhados, Nathalia e Matheus, obrigado por me aturarem. Ao Pinho, um som que nenhuma onomatopéia descreveria. Para Janete,

Guilherme e Bernardo, obrigado por me acolherem tantas vezes. Para Clara Krueger: não há palavras capazes de descrever sua importância em minha vida.

Um agradecimento especial aos interlocutores que permitiram que o projeto se tornasse uma realidade. Espero um dia conseguir retribuir a ajuda. E também aquele abraço para os motoristas do 409 e 410 que pararam fora do ponto quando me viam correndo no meio da rua!

E a cidade misteriosamente cresce
Pacto de sangue que todos fizeram e desconhecem
(MACALÉ, 2019)

RESUMO

REIS FILHO, M. *Calçadão de Bangu: projetos, fluxos e cotidianos*. 2022. 89 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

A presente pesquisa analisa os cotidianos produzidos no Calçadão de Bangu a partir do comércio formal e informal. O Calçadão, inaugurado em 1991, fechou ruas do centro de Bangu para o tráfego de veículos, criando um espaço supostamente exclusivo para a circulação de pedestres. Cortada pela linha ferroviária da Estação Bangu e envolta por galerias, lojas de departamento, agências bancárias e camelôs, essa intervenção urbana intensificou o caráter comercial do bairro e sua centralidade na Zona Oeste carioca. Por meio de observações, conversas, entrevistas e buscas em jornais, a dissertação perpassa pelos fluxos, fixos, sons e negociações envolvidos na rotina de um espaço público urbano. Destrincho a organização social do espaço do Calçadão e os sentidos atribuídos pelos comerciantes ao meio que ocupam e circulam. Os seus desdobramentos em estratégias comerciais, pontos de vendas, trajetórias e imaginários sobre o meio urbano são explorados ao longo dos capítulos.

Palavras-chave: Calçadão de Bangu. Sociologia Urbana. Cotidianos Urbanos. Comércio Informal.

ABSTRACT

REIS FILHO, M. *Calçada de Bangu: projects, mobilities and quotidians*. 2022. 89 f.
Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

The research analyses the daily lives produced by the informal and formal markets at Calçada de Bangu. The Calçada opened in 1991, closing several streets for vehicles in the center of Bangu, thus creating spaces that should be exclusive for pedestrians. Divided by the railway of Bangu Station and surrounded by commercial galleries, departments stores, bank branches and street vendors, this urban intervention intensified the commercial character of the neighbourhood and its centrality in the West Zone of Rio de Janeiro. Through observations, conversations, interviews and research in local papers, this dissertation goes through the mobilities, immobilities, sounds and negotiations involved in the routine of a public urban space. I unravel the social organization of Calçada's space and the meanings attributed by traders to the environment they occupy and circulate. The development of commercial strategies, places of trade, trajectories and imaginaries about the urban environment are explored throughout the chapters.

Keywords: Calçada de Bangu. Urban Sociology. Urban Quotidian. Informal Markets.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura	1 - Mapa dos bairros do Rio de Janeiro por Área de Planejamento	14
Figura	2 - Comércio na Avenida Ministro Ary Franco	27
Figura	3 - Vista da Rua Professor Clemente Ferreira	30
Figura	4 - Mapa com bairros do Rio de Janeiro	35
Figura	5 - Vista do Calçadão de Bangu	37
Figura	6 - Mapa parcial de Bangu	39
Figura	7 - Vista da plataforma da Estação Bangu	41
Figura	8 - Carrinho cinza em uma noite no Calçadão de Bangu	45
Figura	9 - Produtos expostos na Avenida Cônego Vasconcelos em dezembro de 2021 .	51
Figura	10 - Evento da vereadora Verônica Costa no Calçadão de Bangu	57
Figura	11 - Avenida Ministro Ary Franco em um fim de tarde nublado	65
Figura	12 - Busto do atleta Domingos da Guia e uma moto na Avenida Cônego Vasconcelos	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACERB	Associação Comercial e Empresarial da Região de Bangu
AP	Área de Planejamento
CET-RIO	Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro
CPIB	Companhia Progresso Industrial do Brasil
CUCA	Cadastro Único de Ambulantes
COVID-19	SARS-CoV-2
IESP-UERJ	Instituto de Estudos Sociais e Políticos
SuperVia	SuperVia Concessionária de Transportes Ferroviários S/A
RioUrbe	Empresa Municipal de Urbanização

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	CONCEPÇÕES DE BANGU	19
1.1	Bangu em três atos: Fazenda, Fábrica e Calçadão	19
1.2	O que é o Calçadão de Bangu?	24
2	CONSUMIR E VENDER NO CALÇADÃO DE BANGU	33
2.1	Estação Bangu: informalidades e centralidades	33
2.2	Comerciantes e Trajetórias	42
2.3	O ponto de venda	47
3	VIDA NA CÔNEGO VASCONCELOS	54
3.1	Vendendo sonoramente: anúncios, discursos e músicas	54
3.2	Barulho e Diversão	58
3.3	Bagunça e Trabalho	62
	CONCLUSÃO	68
	REFERÊNCIAS	73
	ANEXO A – Idas ao Calçadão de Bangu	76
	ANEXO B – Transcrição de áudios e entrevistas	77
	ANEXO C – Matérias de Jornal	88
	ANEXO D – Legislações	89

INTRODUÇÃO

Assim, uma explicação real de como a pesquisa foi feita necessariamente envolve um relato bastante pessoal do modo como o pesquisador viveu durante o tempo de realização do estudo. (WHYTE, 2005, p.283)

Bangu, Zona Oeste carioca. Na capital do Rio de Janeiro, um conjunto de ruas e avenidas é cruzado por um espaço chamado de Calçadão. Inaugurado em 1991, o Calçadão de Bangu permeia às Avenida Ministro Ary Franco, Avenida Cônego Vasconcelos, Avenida de Santa Cruz, Rua Professor Clemente Ferreira, Rua Sul América e Rua Coronel Tamarindo, sem mencionar as vias públicas vizinhas aos logradouros em referência. Envolto por galerias comerciais, lojas de departamento, supermercados, camelôs, agências bancárias e pedestres, o Calçadão é destino e local de partida de diversos indivíduos diariamente. Cortado pela linha férrea da Estação Bangu, assim como conectado por suas escadas e elevadores, o Calçadão é ponto central das pulsantes ruas banguenses.

O Calçadão de Bangu é permeado por diversos fluxos, fixos, moralidades e sonoridades. O seu planejamento, construção e cotidiano é envolto por essa heterogeneidade de um espaço público que está em disputa e formulação rotineiramente. Os interesses públicos, privados, coletivos e individuais se entrelaçam no dia a dia de um local que expõe as fronteiras e intersecções entre regramentos, informalidades, inversões e ordenações. Esta pesquisa explora como o cotidiano do Calçadão é construído a partir dos comércios formais e informais, dialogando com suas questões infraestruturais, sensoriais e móveis.

Os fluxos são todos aqueles em movimento. Sons, pessoas, ideias, dinheiro e objetos. Por sua vez, os fixos são as estações ferroviárias, pontos de venda, plataformas de trem, escadas e coberturas. As moralidades são os conjuntos de pensamentos, maneiras de fazer e hábitos que compõem o indivíduo e o coletivo. As sonoridades, que estão também nos fluxos, é a junção dos anúncios, conversas, músicas e locuções, entre outros ruídos, que integram a dimensão sonora do espaço.

Bangu está inserido na Zona Oeste carioca. Próximo aos bairros de Padre Miguel, Realengo, Santíssimo, Campo Grande, Gericinó e Vila Kennedy. A ocupação da região pode ser traçada desde pelo menos o século XVII (NETO; SILVA, 2020), com o estabelecimento da Fazenda Bangu e o desenvolvimento de atividades agrícolas. A sua urbanização, como explorada neste trabalho, começa, principalmente, a partir do estabelecimento da Fábrica de Tecidos Bangu no ano de 1889 e os projetos privados e públicos que se sucederam após esse momento.

Bangu teve sua história, reformas e cotidianos analisados de diferentes formas. O geógrafo Márcio Piñon de Oliveira (2006; 2019) se debruçou sobre a formação do bairro em território fabril e seus processos de urbanização. Gabriel Sousa (2019), também geógrafo, se debruçou sobre a derrocada da influência industrial na região e a passagem para a centralidade do setor comercial no espaço do bairro. Já nas Ciências Sociais, destaco o trabalho de João Felipe Brito (2012; 2022) sobre a reformulação do bairro, seus territórios e imaginários a partir da criação

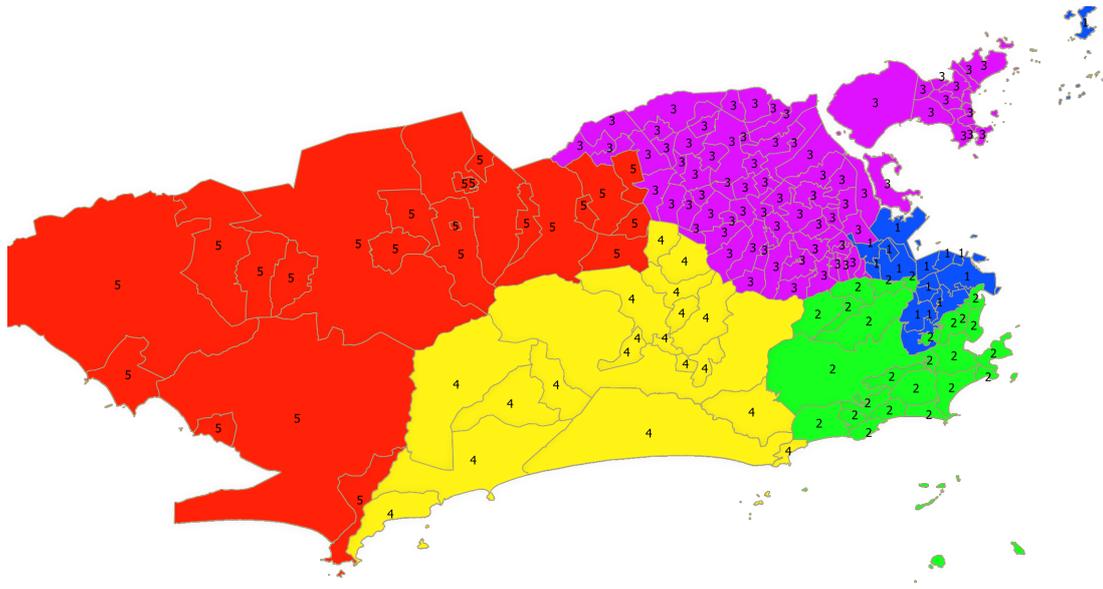
de Gericinó, sede do presídio comumente chamado de “Bangu”, e Vila Kennedy, com origens em um conjunto habitacional da década de 1960, enquanto áreas independentes.

Em um sentido mais amplo, a Zona Oeste aparece como tema de trabalhos de Julia O’Donnell, Marcella Araújo e Thomas Cortado (2020), Simone Gomes (2020; 2022), Marcella Araújo e Thomas Cortado (2020) e Annelise Fernandez et al (2022). Esta pesquisa visa dialogar com os trabalhos em referência, assim como adicionar a compreensão do cotidiano de suas ruas na contemporaneidade. Assim, se compõe uma lente a nível de rotinas e fluxos diante daquilo que outras pesquisas desenvolvem sobre planejamento urbano e controle territorial.

A Figura 1 demonstra, em formato de mapa, as cinco Áreas de Planejamento (AP) delimitadas pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Bangu está inserido na AP.5, junto de outros bairros da Zona Oeste citados anteriormente, e destacado pela cor vermelha. O Centro do Rio de Janeiro, que tem as sedes da Prefeitura e Câmara dos Vereadores, está na AP.1, na cor azul. Cerca de quarenta quilômetros separam os dois bairros, conectados, principalmente, pelos trens da SuperVia¹ e por linhas de ônibus que chegam até a Igreja da Candelária, na região central.

¹ SuperVia Concessionária de Transportes Ferroviários S/A é a empresa que administra o sistema ferroviário que percorre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, passando pela capital homônima, Belford Roxo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Japeri, entre outros municípios.

Figura 1 - Mapa dos bairros do Rio de Janeiro por Área de Planejamento



Legenda: Mapa dos bairros do Rio de Janeiro por Área de Planejamento, com Bangu em vermelho e o Centro em Azul

Fonte: O autor, 2022.

Por meio desta compreensão inicial sobre a Zona Oeste carioca e o Calçadão de Bangu, construo a seguinte pergunta: como é produzido o cotidiano do Calçadão de Bangu? Destrincho esse questionamento em alguns níveis ao longo dos capítulos, buscando compreender também a organização social do espaço urbano e os fluxos e fixos presentes neste meio. Esta introdução não busca apenas delimitar os objetivos e caminhos metodológicos da pesquisa. A exposição que faço aqui quer situar o leitor no contexto no qual a pesquisa foi realizada, com as dificuldades e possibilidades que se apresentaram ao longo do processo. Neste sentido, começo pela trajetória que fazia ao bairro de Bangu.

Em prosseguimento ao meu Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado no Bacharelado em Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas, busquei expandir e aprimorar a pesquisa sobre o bairro de Bangu e seu Calçadão ao entrar no Mestrado em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ). O trabalho de campo, realizado a partir de setembro de 2021, se tornou possível por conta do avanço da vacinação na cidade do Rio de Janeiro e a flexibilização ou revogação de medidas restritivas para contenção da COVID-19. À época, o caminho tinha início em Vila Isabel, na Zona Norte carioca, para a Zona Oeste. Em outubro, o ponto de partida passou a ser o Maracanã, vizinho do primeiro bairro, como ponto de partida.

Nestes deslocamentos, as viagens entre as estações de trem Maracanã e Bangu tomavam cerca de cinquenta minutos. A espera pelo transporte poderia demorar entre cinco e vinte minutos, a depender do funcionamento da SuperVia em determinado dia. A utilização do sistema

ferroviário era a maneira mais rápida de realizar o trajeto de cerca de trinta e seis quilômetros entre os dois bairros.

A caminhada até a Estação Maracanã era de aproximadamente quinze minutos. Ao andar, o cenário mudava entre vias residenciais, com casas, vilas e prédios pequenos, e algumas das principais ruas da Zona Norte carioca. Eu atravessava a Rua Professor Eurico Rabelo até me deparar com a entrada Sul do Estádio Mário Filho, comumente chamado de Maracanã. Em seu entorno, havia pessoas correndo, caminhando, andando de bicicleta e passeando com seus cachorros. Essa ocupação mudava em dias de jogos de futebol no Maracanã, já que grades de metal cinza são colocadas ao redor das entradas do Estádio e há um aumento da circulação de pessoas uniformizadas com o time da ocasião, vendedores de bebidas e cambistas oferecendo ingressos.

Os horários de maior lotação no trem eram um fator relevante para o planejamento da pesquisa. O Ramal Santa Cruz, pelo que foi observado, tinha seus horários de pico no começo da manhã, entre seis e oito horas, e no fim da tarde, entre às dezessete e dezenove horas. Ao embarcar na Estação Maracanã, o embarque era facilitado até o fim da tarde, já que o fluxo de passageiros era, principalmente, na direção da Estação Central do Brasil, no Centro do Rio de Janeiro. Nesse sentido, os caminhos à Bangu foram realizados no chamado contrafluxo, com exceção das ocasiões em que optei por observar o Calçadão a partir das dezoito horas.

Essa localização no campo é importante para destrinchar as possibilidades e dificuldades de pesquisa que se desenrolaram ao longo da sua realização. Notava como o número de passageiros possuía uma relação com a quantidade de vendedores. Quanto mais vazios os vagões, menos vendedores circulavam por ele. Quanto mais cheio, mais vendedores ofereciam seus produtos aos passageiros, variando desde salame e cerveja até roupas de cama e fones de ouvido. Em um sábado de manhã, encontrei-me em um trem vazio, no qual pude escutar a conversa entre dois comerciantes informais, com um deles dizendo: “sábado é o pior dia, só vim porque estava sem um real no bolso”.

Em certos momentos, observei que os próprios passageiros possuíam diferentes visões e estratégias sobre a SuperVia. “Agora é bom, quando chega meio dia começa a ficar cheio”, disse uma estudante na altura do Méier, por volta das 11 horas. Por outro lado, um idoso, na altura do Maracanã, falou: “Depois que peguei o trem lá, não quis mais saber de carro, ônibus”. Essas frases relembram a heterogeneidade de percepções e usos dos usuários dos trens, já que o sistema ferroviário adota utilidades e qualidades diversas para os ali presentes.

Essa heterogeneidade também pode ser aplicada às próprias estações. Maracanã, Engenho de Dentro, Madureira e Deodoro se destacam enquanto aquelas de maior circulação de passageiros e vendedores. Além de agregarem pontos de comércio, lazer, moradia e trabalho, estas estações também permitem a transferência entre três diferentes ramais, Deodoro, Santa Cruz e Japeri. No Maracanã, além destes, adicionam-se os ramais Belford Roxo e Vila Inhomirim. Neste caminho, relembro os estudos sobre mobilidades:

...reconsiderar as práticas corporificadas e a produção do ser-em-movimento

como uma prática relacional entre sentidos, objetos e realizações cinestésicas. Há engajamentos corporais ativos de corpos humanos com o mundo sentido, sugerindo muitos tipos de práticas entre corpos diversos, tecnologias (carros, telefones, internet, satélites), práticas de movimento (como caminhar, andar de bicicleta, dirigir ou voar), e eventos de movimento (como deslocamento, migração, congestionamento, espera, turismo ou peregrinação) (Hannam et al. 2006). (SHELLER, 2014, p.50)²

Como aponta o trecho acima, uma metodologia móvel também propõe entender as diferentes relações de sentidos, objetos e pessoas dentro dos sistemas de mobilidade. Isso significa compreender a construção desta pesquisa e sua autoria “em movimento”, por meio dos sistemas de transportes e fluxos de ideias que permearam a dissertação. Nesta circulação de passageiros, ideias, conversas e registros, a pesquisa começou a ser construída. Nos bancos da Estação Bangu, por exemplo, me acostumei a escrever impressões iniciais em meu diário de campo. Também foi criado ali o costume de observar o tempo e o horário de quando chegava ou partia do bairro, enquanto me integrava aos vendedores de bebidas, demais passageiros e os eventuais funcionários da SuperVia.

As observações sobre o comércio nos trilhos fluminenses, por mais que de caráter inicial, demonstraram, com o tempo, uma similaridade com as práticas estudadas no Calçadão de Bangu. A relação quantitativa entre passageiros e ambulantes, notada nos trens, se assemelha ao cenário entre pedestres e comerciantes nas ruas banguenses. Da mesma forma, observo estratégias de venda e relações de solidariedade entre os vendedores em ambos os ambientes.

Para além destes aspectos móveis, é importante notar os fixos. O “ancoradouro”, como descrito por Bianca Freire-Medeiros e Mauricio Lages (2020) e Apoena Mano (No prelo), demonstra as possibilidades de pesquisa ao observar os pontos fixos que estruturam, organizam, dividem e direcionam as mobilidades e imobilidades. Esta pesquisa propõe a compreensão do Calçadão de Bangu, assim como da Estação Bangu, como um “ancoradouro” que permite e delimita o fluxo de pessoas, objetos, dinheiro e moralidades no bairro da Zona Oeste. As suas estruturas, como demonstro ao longo dos capítulos, aponta para a agência do planejamento urbano enquanto meio de definição das atividades que devem ou não ser praticadas em espaços públicos. Da mesma forma, noto a possibilidade de inverter esses planejamentos e imaginários por meio da ação daqueles que circulam e ocupam os espaços cotidianamente.

Para a compreensão deste objeto, utilizei diversas técnicas de pesquisa. A primeira foi a busca em jornais via Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional³. Este movimento buscou

² ...reconsider embodied practices and the production of being-in-motion as a relational affordance between senses, objects, and kinaesthetic accomplishments. There are active corporeal engagements of human bodies with the sensed world, suggesting many different kinds of affordances between varied bodies, technologies (cars, phones, the internet, satellites), practices of movement (such as walking, biking, riding, driving or flying) and events of movement (such as commuting, migration, congestion, waiting, touring or pilgrimage) (Hannam et al. 2006). (SHELLER, 2014, p.50)

³ A Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional é um sistema online que reúne periódicos brasileiros digitalizados

compreender discursos públicos, representações e análises da época em que se construiu e estabeleceu o Calçadão de Bangu. Nesse procedimento, reuni matérias do *Jornal do Brasil* e *Jornal do Commercio* que mencionavam a área estudada na década de 1990.

A compreensão de sociabilidades e imaginários passados por meio de jornais é uma prática explorada por pesquisadoras como O'Donnell (2013) e Frehse (2005). Ao olhar para este material, não me debruço somente sobre qual veículo está publicando, em quais cadernos saíam a matéria ou se determinado jornal parece mais ou menos elogioso ao bairro. A observação parte da tentativa de compreender as narrativas e imaginários subentendidos para a publicação da época, sendo estes expostos por meio do material jornalístico e revelados para a pesquisa por meio do diálogo com a teoria e o trabalho de campo.

Um outro instrumento metodológico utilizado foi a observação participante. Nos termos de Licia Valladares (2007), este é um processo longo, com hierarquias fora do controle do pesquisador e com as quais ele interage e se insere com o passar do tempo. No caso desta pesquisa, me localizava na mesma cidade em que resido, mas longe de meu bairro de origem ou moradia. Para adentrar e compreender o meio estudado, busquei interlocutores por meio de entrevistas, conversas informais e, no segundo ano deste projeto, uma amiga próxima que me introduziu a um comerciante local.

Este movimento permitiu a observação de perto das práticas sociais e comerciais no Calçadão de Bangu. Não me tornei, em nenhum momento, mais um dos praticantes do comércio nas ruas. O meu papel ao longo da pesquisa se restringiu ao de consumidor e pesquisador. Não busquei reproduzir as práticas nativas, mas sim compreendê-las ao acompanhar as ações e ouvir as falas que os comerciantes produziam sobre si e o espaço em que atuavam.

A coleta de áudios, fotos e vídeos foi mais um dos movimentos metodológicos utilizados. Em um primeiro momento, pensava em compor uma espécie de diário de campo visual ou sonoro. Posteriormente, passei a buscar sons, paisagens ou acontecimentos específicos que pareciam se repetir ou possuir maior relevância para a compreensão do objeto. Nesse sentido, constitui um acervo com cerca de cento e um vídeos, cento e trinta áudios e quinhentas e dezesseis fotografias. Na hora de analisá-los, me debrucei diretamente sobre aqueles que me permitiam averiguar melhor as questões de pesquisa propostas.

Estes procedimentos, inspirados por reflexões metodológicas de Vedana (2010; 2018), Girão (2011) e Goody (2010), possibilitou a escuta das repetições e discontinuidades sonoras e visuais no Calçadão de Bangu. Essa formulação de um acervo audiovisual também torna capaz reproduzir e analisar os fenômenos para além do momento exato em que ocorrem. Assim, pude compreender com mais camadas sensoriais os acontecimentos que escrevia em meu diário de campo.

A divisão dos capítulos leva o leitor a diferentes níveis de compreensão sobre o Calçadão de Bangu. Em um primeiro momento, abordo as origens do bairro e seus diferentes momentos de urbanização, passando por períodos rurais, fabris e comerciais. Posteriormente, a pesquisa aborda a organização espacial e das práticas de comércio que são realizadas no Calçadão.

O segundo capítulo expande a compreensão do cotidiano do Calçadão ao falar de trajetórias e vendas. Começo delimitando minha posição no campo de pesquisa e os caminhos que faço até o bairro de Bangu, notando a centralidade exercida pela estação ferroviária e seu papel para a observação das mobilidades e informalidades. Ao longo dessa seção, articulo as trajetórias de diferentes interlocutores para debater as formas de se relacionar com o espaço e com o trabalho no Calçadão. Além disso, abordo o ponto de venda, um importante fixo que demonstra a mobilização de informalidades, precariedades e inversões do cotidiano.

O terceiro capítulo é dedicado a explorar a dimensão sonora do Calçadão de Bangu. Anúncios, músicas, conversas, locuções, entre outros aspectos, são detalhados e debatidos enquanto integrantes do processo de construção de uma paisagem sonora e do espaço público. Abordo os aborrecimentos, deleites e critérios envolvidos na manipulação e relação dos comerciantes com os sons. Também debato como o comércio de rua pode ser visto a partir de diferentes prismas, ocupando as dimensões do trabalho e da “bagunça”.

Por meio destes instrumentos metodológicos, caminhos de pesquisa e diálogos com a literatura, busco compreender o Calçadão de Bangu em diversos níveis. Os imaginários em torno de seu projeto, os fluxos e fixos em seu espaço, a organização de suas ruas e a circulação de sons são alguns dos aspectos que destrincho ao longo dos capítulos. Pretendo, por meio deste trabalho, contribuir para a literatura especializada na Zona Oeste carioca e, mais amplamente, para o debate em torno de questões infraestruturais e cotidianas nos meios urbanos.

1 CONCEPÇÕES DE BANGU

Este capítulo é dividido em dois momentos que auxiliam a compreensão do Calçadão de Bangu e do bairro em que se insere. O primeiro delinea a urbanização de Bangu e três empreendimentos que exerceram centralidade ao longo de sua história, a Fazenda, a Fábrica e o Calçadão. Esses três elementos se conectam, como explorado posteriormente, com diferentes momentos econômicos do Brasil e suas perspectivas sobre planejamento urbano.

Em um segundo momento, trato da constituição do Calçadão de Bangu a partir de um olhar sobre o seu cotidiano. Passada suas fases de idealização e construção, cabe observar o Calçadão enquanto palco para diversos fenômenos sociais, tais como as trajetórias, informalidades, formalidades, regramentos próprios à rua e outros aspectos. Detalho, então, a organização de suas ruas, os produtos comercializados e as continuidades e rupturas dos acontecimentos nessa infraestrutura.

1.1 Bangu em três atos: Fazenda, Fábrica e Calçadão

Bangu é um bairro da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, capital do estado homônimo. A ocupação no local remete a uma fazenda estabelecida na região próxima da Serra do Mendanha. Em 1889, a Companhia Progresso Industrial do Brasil (CPIB) comprou terras na localidade e estabeleceu a Fábrica de Tecidos Bangu.

Esse primeiro movimento representa a mudança do caráter rural para a presença industrial na região. A CPIB não se limitou a comprar o terreno em que estabeleceu a Fábrica. A empresa passou a comprar terras adjacentes para controlar mananciais de água, cultivar matéria-prima e abrigar seus funcionários (OLIVEIRA, 2019).

A CPIB, junto ao poder público, obteve autorização e construiu residências, escolas e comércios no local. As terras, casas e prédios eram, em sua maioria, pertencentes à Companhia e alugados para a exploração de terceiros. Esse procedimento resultou em locais como a Cassino Bangu e o Bangu Atlético Clube, duas associações presentes no bairro até os dias de hoje.

Inicialmente constituído por uma Vila Operária de 95 casas, o bairro Bangu, em poucos mais de cem anos, tornou-se um dos mais populosos da cidade, e no decorrer de sua história teve, a começar pela fábrica, algumas instituições que o caracterizaram e moldaram a identidade de seus habitantes no convívio com os demais habitantes do Rio de Janeiro. (BRITO, 2012, p.13)

No começo do século XX, a CPIB manteve sua influência no desenvolvimento infraestrutural e aumento populacional do bairro. A partir da segunda metade do século, a CPIB mudou sua maneira de atuar na região e de gerenciar suas propriedades. Uma Ata da Assembleia Extraordinária da CPIB de 21 de dezembro de 1970 demonstra a intenção da empresa de

se desfazer de seus imóveis no centro do bairro com a formulação da empresa Bangu Empreendimentos S/A⁴. Esse movimento indica uma nova percepção sobre como a Companhia também deveria atuar em relação aos funcionários, parcialmente residentes em sua vila operária, e aos caminhos futuros do bairro.

Esses momentos de intervenção e retirada da Companhia se inserem em processos mais amplos de mudanças econômicas, sociais e urbanísticas. De acordo com Oliveira (2006), da virada do século XIX até a primeira metade do XX há uma intensa ocupação do território fluminense por indústrias têxteis. Essas empresas estabeleceram fábricas, vilas, plantações e incentivaram a ocupação de territórios diversos, como Bangu (CPIB, Zona Oeste), Gávea (Fábrica Carioca, Zona Sul) e Andaraí (Fábrica Cruzeiro, Zona Norte).

Nesse processo de expansão industrial, bairros e cotidianos se organizaram em torno das fábricas e suas atividades. Com a derrocada, em diferentes momentos, dessas empresas, os territórios foram ocupados por diferentes atividades e atores que influenciam seus rumos. Bangu, por exemplo, passou a ter uma forte presença do setor de comércio e serviços, com destaque para a atuação da Associação Comercial e Empresarial da Região de Bangu (ACERB) neste novo momento.

Isso demonstra que a força do setor terciário não se inicia ou se limita à inauguração do Calçadão, em 1991, ou ao encerramento das atividades da Fábrica, em 2004. Este acontecimento se insere num processo de mudanças econômicas e sociais que vão além do bairro da Zona Oeste, passando por fases do desenvolvimento industrial e processos de urbanização de caráter nacional. O novo cenário também “culminaria, no início da década de 1970, com o desmantelamento da Vila Operária, pela venda da totalidade de suas casas. Isso representou o golpe de morte no núcleo original do território fabril.” (OLIVEIRA, 2019, p.119).

O Calçadão de Bangu, inaugurado em 1991, pode ser definido como um projeto de intervenção urbana que agregou atores públicos e privados. No ano de 1990, a Companhia de Engenharia de Tráfego da Prefeitura (CET-Rio), parte da administração do Prefeito Marcello Alencar, buscava formas de intervir no deslocamento de pedestres e automóveis na região central de Bangu. Na avaliação de André Silva⁵, administrador da 17ª Região Administrativa do Rio de Janeiro, era preciso “melhorar a fluidez” e “evitar aglomeração nas ruas de grande movimento comercial”.

A ACERB sugeriu à prefeitura que fosse criado um calçadão na Avenida Cônego de Vasconcelos. A ideia era constituída pelo fechamento da rua para o tráfego de automóveis e a criação de uma área de lazer, além de espaços reservados para camelôs. Em plebiscito realizado

⁴ Esta ata pode ser acessada via Hemeroteca Digital. A sua publicação encontra-se na edição de 04 de janeiro de 1971 do Jornal do Brasil.

⁵ Os comentários de André Silva estão disponíveis na matéria “Bangu terá tráfego melhor”, presente na edição de 04 de janeiro de 1990 do Jornal do Brasil.

em janeiro de 1990, a população do bairro aprovou a proposta. A obra foi concluída em abril de 1991, com a execução ficando a cargo da Empresa Municipal de Urbanização⁶ (RioUrbe). O plano, tal como noticiado pelo *Jornal do Brasil*, aparentava trazer a ordem e tranquilidade que diziam faltar ao espaço.

Passar no Calçadão não é mais privilégio de quem mora perto do mar, assim como fazer compras sem se preocupar o carro que passa rente à calçada ou a fumaça do ônibus não é exclusivamente de quem vai ao Centro da cidade. O calçadão de Bangu, inaugurado oficialmente ontem pelo Marcello Alencar, garante o lazer e as compras com tranquilidade e uma vantagem: por enquanto, está livre dos camelôs. [...] A Rua Cônego de Vasconcelos, agora arborizada, com playground, palco de teatro, mesinhas de cimento pintadas com tabuleiros xadrez, bancos e área reservada a 185 camelôs cadastrados, era tomada até agosto tráfego de automóveis que seguiam da Avenida Santa Cruz para a Rua Francisco Real. (*Jornal do Brasil*, 23 de abr. 1991)

O Calçadão, dessa forma, é notado como signo de uma mudança social (OJANI, 2018). Isso significa compreender a infraestrutura enquanto mobilizadora de simbolismos e imaginários. Além dos aparatos físicos, a reforma das ruas de Bangu se relaciona com aspectos simbólicos e políticos do urbanismo do bairro. É perceptível, por exemplo, a centralidade do comércio, a decadência da atividade industrial, a inserção do bairro em projetos municipais e a relação entre os poderes locais e a ACERB. Também noto a importância de noções de ordem pública e formas de comércio em espaços públicos que são mobilizadas por essa obra.

Nesse sentido, o planejamento e construção do Calçadão demonstra as formas que a política toma na infraestrutura (APPEL; ANAND; GUPTA, 2018). A consonância entre ACERB e poder executivo permitiu a instalação de um projeto de readequação do bairro. O comércio, além de força econômica da região, adquire também influência em sua política e planejamento urbano. A Cônego de Vasconcelos, antes conhecida por seu tráfego intenso e calçadas apertadas, passa a ser noticiada como um espaço de lazer. A ACERB, além de sugerir o projeto à Prefeitura, também doou brinquedos ao playground destinado ao público infantil. É importante notar que 83 por cento dos participantes do plebiscito apoiaram o Calçadão⁷.

Em referência à Velho (1989) e seu estudo sobre Copacabana, tento compreender como se constrói uma imagem acerca desse segmento do bairro de Bangu. O Calçadão pode ser visto como uma tentativa de realinhar o imaginário local, associado às instituições como a Fábrica de Tecidos ou o Bangu Atlético Clube. Concentra-se, a partir de uma reforma, todo um aparato de lazer, comércio e sociabilidade em um conjunto de ruas que permeiam a Estação Bangu, a Fábrica e a Paróquia São Sebastião e Santa Cecília, a primeira Igreja Católica do bairro.

⁶ Esse órgão municipal teve, anteriormente, a nomenclatura de Companhia de Planejamento Urbano do Rio (RioUrb). O nome utilizado é aquele adotado atualmente pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

⁷ A pesquisa arquivística e bibliográfica não conseguiu encontrar mais informações sobre os resultados, participação e organização deste plebiscito. O relato oferecido pelo *Jornal do Brasil* está na edição de 23 de abril de 1991.

É preciso lembrar que as infraestruturas podem ser planejadas e utilizadas tanto para facilitar quanto para restringir atividades, como aponta Star (2020). Essa perspectiva demonstra a necessidade de observar as infraestruturas para além de sua materialidade, pensando em suas implicações em cotidianos e trânsitos, por exemplo. No caso do Calçadão, destaco a reforma em três principais aspectos: controle de tráfego, organização do comércio de camelôs e o benefício aos lojistas locais.

“Bangu não tem praia, mas, a partir dessa semana, tem seu calçadão”. No dia 26 de abril de 1991, o *Jornal do Brasil* celebrava dessa forma a obra inaugurada pelo prefeito Marcello Alencar na mesma semana. A matéria, aliás, anunciava o show da sambista Beth Carvalho, na vizinha Praça da Fé, em comemoração ao recém-inaugurado Calçadão de Bangu e também como parte da programação da Semana da Terra.

A recém-reinaugurada Cônego de Vasconcelos passava a ter mais espaço nos cadernos de cultura da cidade. A sua reforma implantou palcos no lugar em que, até pouco tempo, passavam carros e ônibus. Noto, por exemplo, a organização de eventos de Natal e Ano Novo no Calçadão ao longo dos anos, assim como shows e outras apresentações esporádicas.

Além do novo espaço de entretenimento, o Calçadão de Bangu se tornou rapidamente um ponto de passagem para as campanhas políticas. Ainda em 1992, o Rio de Janeiro teve eleições municipais e os jornais registraram a realização de comícios, discursos e corpo-a-corpo na via comercial. Benedita da Silva, Cidinha Campos e César Maia, então candidatos ao cargo de Prefeito, foram algumas das figuras políticas que passaram pela rua naquele ano.

Em 1993, Rui Rainho, presidente da ACERB, e Marcelino D’Almeida, Administrador da 17^a Região⁸, concederam entrevistas ao *Jornal do Commercio*. De acordo com a matéria, assinada por Júlio Santos, o Calçadão de Bangu movimentava, em média, 40 mil pessoas por dia em suas ruas, concentrando cerca de 80 lojas ao longo de sua extensão. Marcelino e Rui, em suas falas ao jornal, destacavam a transformação da rua em shopping aberto e o potencial econômico da região, que atraía moradores de bairros como Padre Miguel e Realengo.

O Calçadão de Bangu é, na verdade, uma larga rua de pedestres, com fartas e variadas ofertas para o consumo. [...] É sem dúvida a parte mais vibrante do bairro. [...] Também se distribuem por esta área do bairro centenas de camelôs e vendedores ambulantes, estando eles com permissão da prefeitura para trabalhar ali ou não. Quando a SEOP (Secretaria de Ordem Pública) e a Guarda Municipal não atuam no lugar, é enorme a concentração de camelôs, que, com suas bancas ou tecidos esticados no chão, cheios de mercadorias, chegam a restringir a passagem dos pedestres pela via. (BRITO, 2012, p.62)

Nesta análise, o Calçadão é descrito pelo comércio intenso, distribuído entre lojas de departamentos, galerias e camelôs. Noto que a Cônego de Vasconcelos continua ser uma movimentada via comercial até os dias de hoje. Da mesma maneira, observo que os embates entre a

⁸ A Prefeitura do Rio de Janeiro divide administrativamente a cidade em regiões. A 17^a Região compreende o bairro de Bangu.

Prefeitura e os camelôs pelo espaço banguense continuou a se reproduzir ao longo das décadas.

Em novembro de 1999⁹, o Jornal do Brasil anunciava que a Guarda Municipal não aceitaria a presença de camelôs em diversos pontos da cidade, entre eles estavam: Laranjeiras, Taquara, Santa Cruz e o Calçadão. Visando o aumento dos movimentos em lojas no fim de ano, os órgãos municipais estavam se movimentando para evitar a presença de camelôs diante do trânsito de consumidores. Observo, porém, que o consumo no comércio informal também compõe uma parcela dos hábitos locais.

Já em “Ventiladores somem das prateleiras”¹⁰ (1998) e “Abalou Bangu”¹¹ (1999), o Jornal do Brasil narra a presença de camelôs no Calçadão em meio a pautas sobre o verão carioca. Nessas ocasiões, as matérias não mencionavam as repressões da Prefeitura ou planos para retirar esses comerciantes das ruas. As presenças dos vendedores, em ambos os casos, eram mais um elemento dentro do cenário que o texto criava sobre a Cônego Vasconcelos.

Em junho de 1992, a Lei 1876/1992 foi aprovada na Câmara de Vereadores. Nela, os legisladores tentavam regulamentar o comércio ambulante, com a delimitação de veículos, tabuleiros, caixas, malas e outros meios permitidos aos vendedores. Além disso, o texto previa que estavam habilitados para essa atividade os “I-os cegos, os paraplégicos, mutilados e demais deficientes físicos; II-os carentes[...]; III-as pessoas físicas que já exerçam atividades profissionais previstas nesta Lei na data de sua promulgação”.

A regulamentação da atividade no Calçadão do Bangu veria reflexões dessa legislação em futuras gestões municipais. O Prefeito César Maia, em 1995, editou o Decreto 13810/1995, proibindo o comércio ambulante nas avenidas Cônego Vasconcelos e Santa Cruz. Ao utilizar do artigo 30^o da Lei 1876/92, a Prefeitura do Rio de Janeiro argumentou que os vendedores estavam ferindo o direito de ir e vir dos cidadãos, logo deveriam ser proibidos de ficar na região próxima ao Calçadão e à Estação de Bangu. Em 1996, o Decreto 15052/1996 determinou a desocupação da Avenida Ministro Ary Franco, em Bangu. O espaço, também localizado nas proximidades do Calçadão e da Estação, estava passando por um projeto de reurbanização promovido pela gestão de César Maia. Similar ao ano anterior, argumentou-se que, além da segurança e interesse público, o comércio ambulante deveria se retirar da área em até 24 horas devido ao direito de ir e vir.

Relembrando O’Donnell (2013), observo os significados por trás dos símbolos articulados no material analisado. Noto que a abordagem Jornal do Brasil articula categorias e trechos de entrevistas que retratam os camelôs de forma pejorativa. O veículo jornalístico, de certa forma, demonstrava em suas matérias os preceitos de manutenção de ordem e formulação de um espaço com “tranquilidade” para o comércio e lazer.

⁹ A matéria se chama “Tolerância zero com os camelôs”, publicada em 24 de novembro de 1999.

¹⁰ A matéria “Ventiladores somem das prateleiras” foi publicada em 04 de janeiro de 1998.

¹¹ A matéria “Abalou Bangu” foi publicada em 28 de março de 1999.

Entendo a abordagem jornalística e municipal do Calçadão como um “pontilhado de alusões a um estilo de vida” (O’DONNELL, 2013, p.75). A reforma da Cônego Vasconcelos, assim como os subsequentes decretos e leis, demonstram uma tentativa de atribuir um padrão de cotidiano e consumo para a região. Assim, buscou-se recriar um imaginário em torno do local, vendê-lo de uma nova forma (VELHO, 1989), tornando-o um polo comercial da Zona Oeste carioca.

Antes de adentrar no contexto contemporâneo do objeto estudado, aponto a capacidades de infraestruturas de “ignorar aqueles que são percebidos localmente como não-pessoas”(STAR, 2020, p.75). Isso significa a possibilidade dos projetos urbanos não considerarem, ou considerarem de modo a repelir, grupos e indivíduos considerados indesejados no momento do planejamento do espaço público. O comércio de rua, muitas vezes, ocupa essa posição, sendo delimitado a espaços e atividades que não condizem com as necessidades, expectativas e hábitos de quem o pratica.

Noto que as diversas maneiras de se relacionar com o meio urbano atuam também no campo simbólico. A formulação de identidades e imaginários perpassa bairros, favelas, loteamentos, cidades, regiões e outras formas de delimitar e identificar os espaços em que se circula e habita. No caso carioca, podemos apontar que “o aspecto identitário ou simbólico dos bairros é de fundamental importância para a construção de imagens e julgamentos” (BRITO, 2022, p.282).

1.2 O que é o Calçadão de Bangu?

Inês – Já, já frequentei aqui várias vezes. Minha mãe gosta muito de passar aqui, entendeu? Comprar as coisas e eu vinha com ela. (Trecho de entrevista, 2021)

O termo “calçadão” pode remeter a diversos tipos de espaços. Na cidade do Rio de Janeiro, podemos apontar a existência, formal ou informal, de “calçadões”¹² em bairros variados, como Bangu, Copacabana, Campo Grande e Santa Cruz. O uso da palavra, porém, não delimita uma identidade única para todos estes espaços. Este trabalho visa analisar e expandir as produções sobre a versão banguense, tomando como local de pesquisa os trechos entre a Rua Francisco Real e Rua Sul América, compreendendo a Estação Bangu, o Assaí Atacadista, Bangu Shopping (antiga Fábrica de Tecidos Bangu), Galeria Matilde e Supermercado Guanabara, entre outros estabelecimentos formais, informais, temporários e permanentes.

¹² O Calçadão de Copacabana, na Zona Sul carioca, fica na orla do bairro. A sua paisagem é composta, principalmente, por ciclistas, pedestres e quiosques, enquanto veículos diversos circulam pela Avenida Atlântica. Os “calçadões” em Campo Grande e Santa Cruz podem ser vistos como mais próximos ao de Bangu, tendo uma forte presença comercial, a centralidade local e a distância do balneário que os diferenciam da versão da Zona Sul.

Desde sua concepção, a criação do Calçadão nesta parte do bairro de Bangu visava organizar diversos aspectos do cotidiano do bairro. Trânsito, comércio, lazer e acesso ao transporte público foram algumas das áreas impactadas pelo projeto. As formas de ocupar, reivindicar, disputar e pensar este espaço passaram por modificações ao longo dos anos. Gestões municipais diversas, de César Maia (1993–1997; 2001–2009) à Eduardo Paes (2009–2016; 2021–Presente), fizeram reformas e ordenamentos no Calçadão, passando pela instalação de chafarizes, consertos de escadas rolantes e tentativas de remover camelôs.

Contudo, é necessário que a antropologia mantenha o foco nas suas possibilidades, ou seja, nas maneiras em que formas de infraestruturas podem oferecer intuições sobre outros domínios, tais como práticas de governo, de religião ou socialidade. [...] as infraestruturas existem para além do funcionamento puramente técnico, elas precisam ser analisadas enquanto veículos semióticos e estéticos orientados para os seus destinatários. Elas fazem emergir e simultaneamente armazenam em si formas de desejos e fantasias, podendo então assumir aspectos fetichistas que, ocasionalmente, podem ser completamente independentes das suas funções técnicas. (LARKIN, 2020, p.29-30)

Noto, em diálogo com Larkin (2020), a capacidade que as infraestruturas têm de ordenar o espaço urbano não só na dimensão material, como também no campo simbólico. A reforma de determinadas ruas para formação do Calçadão demonstra a transição de um modelo de bairro para outro. Da Fazenda Bangu à Fábrica de Tecidos, as transformações da região passam por atividades agropecuárias, industriais e comerciais, com expansão de sistemas ferroviários e rodoviários em seu território. A partir da década 1990, observa-se “a força do setor terciário na construção da centralidade do bairro” (SOUSA, 2019, p.8), resultando no projeto do Calçadão.

Essas “maneiras de fazer” (CERTEAU, 1998) dos atores podem apoiar, contrapor ou criar novas formas de se relacionar com o espaço que não aquelas previstas no projeto técnico do Calçadão. Na concepção executada pela RioUrbe¹³, estavam previstos espaços demarcados para camelôs cadastrados, um palco para apresentações artísticas, mesas de cimento com tabuleiros de xadrez, bancos e um playground. Ao longo das décadas, as ruas do Calçadão foram modificadas não apenas pela intervenção municipal, mas também pelas diversas maneiras de ocupar e organizar o espaço que camelôs, pedestres, lojistas e demais agentes deram ao local.

A projeção do Calçadão é uma ideia de um bairro voltado para suas atividades comerciais, com acesso rápido e amplo de seus moradores e visitantes às suas principais lojas, galerias e sistemas de transporte. O projeto de infraestrutura, por mais que mobilize símbolos e perspectivas de mundo, não constrói por si só o cotidiano local. Os usos diversos dados por camelôs, lojistas, agentes públicos, motociclistas e pedestres trazem outras dimensões aos espaços nas ruas estudadas.

Proponho, então, a compreensão do Calçadão de Bangu enquanto um “ancoradouro” (FREIRE-MEDEIROS; LAGES, 2020). Isto é, o ponto fixo pelo qual as mobilidades são or-

¹³ Ver "Calçadão dá espaço ao lazer", edição do Jornal do Brasil, 18 de abril de 1991.

ganizadas, permitidas e impedidas. O Calçadão, se estendendo entre as ruas Francisco Real e Sul América, delimita os fluxos que se direcionam para ou a partir da Estação Bangu e do Bangu Shopping, dois pontos que concentram o andar de moradores, comerciantes, vendedores e demais corpos que circulam por esse espaço público.

Figura 2 - Comércio na Avenida Ministro Ary Franco



Legenda: Comércio informal na Avenida Ministro Ary Franco

Fonte: O autor, 2022.

Atualmente, ao descer pela escada rolante ao lado da Rua Coronel Tamarindo, o pedestre se depara com o ponto do MotoTáxi Azulzinho, a loja do Tubarão Atacadão e o Supermercado Guanabara em seu campo de visão e audição. Logo ao fim da escada, é comum observar vendedoras oferecendo “Chip da Oi, da Claro, da TIM e da Vivo. Já vem com internet e acesso ao celular.”, geralmente trajando camisas azuis da operadora TIM. Esta função, exercida primordialmente por mulheres em minhas observações, é uma das primeiras a captar a atenção do pedestre ao longo da Avenida Ministro Ary Franco.

A oferta de frutas, legumes e verduras variadas é o principal comércio deste trecho do Calçadão. Os vendedores costumam estar presentes do começo da manhã até o fim da tarde. A partir do anoitecer, esses comerciantes se retiram e dão lugar, principalmente, a barracas e carrinhos que oferecem lanches e bebidas diversas. Esses produtos são oferecidos também pelos comércios formais localizados nas galerias distribuídas pela Avenida, assim como pelas lojas de departamento.

Na Figura 2, é possível observar a presença de um comércio de frutas e verduras sob a

cobertura do Calçadão, no trecho em frente ao Supermercado Guanabara. A imagem, registrada em maio de 2022, mostra um dia nublado, com uma mulher andando de mãos dadas com uma criança e uma idosa, usando uma máscara que cobre sua boca e nariz, falando com o vendedor de frutas. Banana e mamão são as opções deste comerciante, que distribui seus produtos em uma espécie de carroça.

Ao lado deles, há um carrinho com dois isopores que contêm bebidas. O guarda-chuva da Brahma está fechado, possivelmente pelo carrinho já estar protegido do tempo pela cobertura do Calçadão. Logo atrás, o comércio de legumes se estende por mesas que vão além do campo fotográfico. As luzes que refletem na imagem são, em sua maioria, improvisadas pelos comerciantes informais, com cabos que são pendurados na estrutura acima.

Porém, onde há uma economia informal ativa, mercados de rua e produtores informais podem preencher este espaço devido a falta de formalidade (e a subsequente flexibilidade) para pobres (ou ricos) destas áreas. Em outro exemplo, muitos produtos formais estão disponíveis em áreas empobrecidas, mas apenas por serem fornecidos por lojas e barracas informais.(CROSS, 2000, p.37)¹⁴

O comércio da Avenida Ministro Ary Franco aponta para uma complementaridade entre informalidade e formalidade. Em frente a uma das maiores redes de supermercado, os comerciantes de rua oferecem diariamente frutas, legumes e verduras, estabelecendo uma relação com possíveis clientes que entram ou saírem do Guanabara. Entre lanchonetes, açougues e farmácias, os vendedores informais também oferecem cigarros, salgados e bebidas.

Para além do oferecimento de produtos e serviços, o comércio de rua preenche o espaço do Calçadão em seus sentidos visuais, sonoros e táteis. Em dias e horários de menor movimento, nota-se uma menor pulsação do espaço com a saída dos camelôs. O comércio de galerias e lojas de departamento, por mais que também atuem com suas luzes e caixas de som, não se fazem presentes da mesma forma sob a cobertura cinza das Avenidas.

Retornado à escada rolante, agora em direção à Avenida Cônego Vasconcelos, o pedestre nota do seu lado direito uma agência do banco Bradesco e ao esquerdo uma franquia da rede de *fast food* McDonald's. Ao andar, verá as ruas tomadas por barracas e carrinhos de produtos diversos, com a presença massiva de vendedores de capa e película para celular. É comum ser abordado por esses com a pergunta: “Amigo, precisa de capa, película, fone, carregador?”, quando não com estratégias¹⁵ mais assertivas, como anotei em meu diário de campo em determinada ocasião.

Um vendedor de capas, já próximo da escada rolante, me puxou pelo braço e fingiu que me conhecia. Ele comentou sobre meu óculos e falou que tinha

¹⁴ However, where there is an active informal economy, street markets and informal producers can step in to fill this niche passing on the savings of their lack of formality (and their added flexibility) on to the poor (or rich) of these areas. To take another example, many formal products are available in poorer areas, but only because they are provided by informal stores and stalls. (CROSS, 2000, p.37)

¹⁵ As estratégias de vendas são tema de um capítulo posterior desta pesquisa, apesar desta menção.

“aberto” a loja ali, apontando para a mesa com seus produtos. Ao responder que não queria comprar, ele perguntou se eu era boliviano. Eu respondi que não e fui embora. (Diário de campo, 2022)

Este lado possui um posto da Operação Segurança Presente¹⁶ próximo ao encontro da Cônego Vasconcelos com a Rua Professor Clemente Ferreira. Os agentes que trabalham na Operação geralmente podem ser reconhecidos pelos seus coletes com a logo do projeto, sendo encontrados sentados ou pé ao redor de uma mesa de plástico branca sob uma tenda azul, com o espaço sendo delimitado por algumas barreiras de segurança. A localização é entre uma unidade da Lojas Magal e uma agência do Banco Santander.

¹⁶ A Operação Segurança Presente é um programa do Governo do Estado do Rio de Janeiro de policiamento ostensivo em diversos municípios fluminenses.

Figura 3 - Vista da Rua Professor Clemente Ferreira



Legenda: Lojas Magal e comércio informal na Rua Professor Clemente Ferreira

Fonte: O autor, 2022.

Ao virar a esquina, o pedestre se depara com um muro de tijolos, com a inscrição Fábrica Bangu ostentando acima de seu portão. Esta é uma das entradas do Bangu Shopping, localizado no mesmo terreno do prédio da Fábrica de Tecidos Bangu, que teve algumas das características de seu prédio preservadas. O caminho ainda conta com uma unidade das Lojas Pernambucanas, ao lado da unidade da Magazine Luiza, e o Mercado Popular de Bangu, onde comerciantes diversos se dividem em pequenos *boxes*.

Na Figura 3, vê-se a Lojas Magal em um fim de tarde, com os postes aos poucos sendo acesos e o céu escurecendo. A foto, feita na calçada em frente à Lojas Pernambucanas, mostra os variados vendedores de acessórios de celular que se concentram neste trecho. Nas observações de campo realizadas, notei uma maior presença deste tipo de comércio não só no trecho próximo ao Shopping, mas especificamente ao lado da Magal. Em contraste, a porta das Pernambucanas possuía apenas um ou dois eventuais vendedores de acessórios de celular, também

com a presença de um vendedor de óculos¹⁷ ali em frente.

Essa distribuição de atividades comerciais pelo espaço demonstra a transformação do Calçadão de Bangu em uma espécie de “mancha”(MAGNANI, 2002). Essa mancha à Bangu pode ser determinada pela aglutinação em torno de pontos de referência, como a Estação Bangu, o Bangu Shopping e o Supermercados Guanabara. Há uma variedade de relações entre equipamentos neste entorno, como, por exemplo, transporte público, consultórios odontológicos, farmácias, venda de acessórios para celular e comércio de roupas. No mais, a “mancha” também se explica pela continuidade física e simbólica de suas práticas, permitida, parcialmente, pelas escadas, elevadores, ruas fechadas para veículos e a cobertura.

Debater a possibilidade do Calçadão constituir uma “mancha” não significa apontar uma homogeneidade do que acontece em suas ruas. Os cotidianos ali constituídos, por mais que influenciados por e primordialmente de caráter comercial, possuem suas particularidades. Estratégias de vendas, negociação de preços, formas de pagamento, relação pessoal com a atividade comercial e sentidos atribuídos ao espaço são alguns dos níveis em que se pode investigar a multiplicidade dentro da predominância comercial no local.

São as manchas, áreas contíguas do espaço urbano dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam – cada qual com sua especificidade, competindo ou complementando – uma atividade ou prática predominante. [...] A mancha, ao contrário, sempre aglutinada em torno de um ou mais estabelecimentos, apresenta uma implantação mais estável tanto na paisagem como no imaginário. As atividades que oferece e as práticas que propicia são o resultado de uma multiplicidade de relações entre seus equipamentos, edificações e vias de acesso, o que garante uma maior continuidade, transformando-a, assim, em ponto de referência físico, visível e público para um número mais amplo de usuários.(MAGNANI, 2002, p.22-23)

Como debatido acima, as “manchas” possuem limites e viabilizam determinadas atividades, que passam a ser vistas como predominantes ao longo de um espaço. No caso do Calçadão de Bangu, é possível apontar alguns limites, notadamente as Avenida Ministro Ary Franco, Avenida Cônego Vasconcelos e a Rua Professor Clemente Ferreira. Essas três vias organizam e delimitam os locais dos comércios formais e informais, com os pedestres, veículos e comerciantes se organizando ao longo de suas calçadas e coberturas. A atividade principal da “mancha” proposta é, como demonstrado ao longo desta pesquisa, o comércio em suas diversas formas e estruturas, com pontos de venda sublocados, bancas de jornais, galerias comerciais e carrinhos de lanches. Ao chegar ao fim de quaisquer umas três vias apontadas, o pedestre perceberá uma gradual mudança nas atividades praticadas e no fluxo de pessoas e sons, com o alcance da “mancha” se esvaindo.

Nesse sentido, a presente pesquisa explora o Calçadão de Bangu para além de um projeto de espaço urbano, considerando a organização de suas ruas pelos agentes que ali circulam,

¹⁷ Este vendedor é identificado nesta pesquisa como Raniel.

ocupam e disputam. Os caminhos aqui explorados visam compreender o Calçadão enquanto “uma forma de viver o mundo” (LARKIN, 2020, p.35). Isso significa se debruçar sobre a materialidade da infraestrutura, ao mesmo tempo em que nota a consolidação ou dissolução de projetos de vida, formas de circular pela cidade e modos de trabalhar dentro deste espaço, desvelando as “diferentes formas de habitar e fazer a cidade” (ARAÚJO; DAVIES, 2022, p.7).

2 CONSUMIR E VENDER NO CALÇADÃO DE BANGU

Este capítulo é composto por três seções. A primeira introduz ao leitor a Estação Bangu, parte da SuperVia, e seu papel de centralidade em meio ao bairro. Demonstro como, por meio de suas estruturas, é possível compreender processos de mobilidade, imobilidade e práticas de comércio.

Em um segundo momento, trago ao leitor as trajetórias de meus interlocutores. Cada um destes se conecta de uma maneira particular com o Calçadão de Bangu, assim como determinam diferentemente suas práticas de trabalho. Por meio desse movimento, busco demonstrar a heterogeneidade das circulações e hábitos no espaço público.

Já em um terceiro momento, exploro os aspectos dos pontos de venda. As estruturas das bancas e barracas, a escolha dos locais e as maneiras de fazer esses pontos são debatidos ao longo da seção. Penso também como os pontos de venda se relacionam com questões de formalidade e informalidade no meio urbano.

2.1 Estação Bangu: informalidades e centralidades

Esta seção explora o caminho até o bairro de Bangu e a centralidade exercida pela estação ferroviária na organização social. Demonstro, por meio das observações de diálogos com a literatura, a capacidade dos sistemas de transporte de conectarem e dividirem pessoas, objetos e ideias. Neste percurso, começo por uma observação da SuperVia enquanto uma importante etapa da pesquisa.

Ao longo do processo de pesquisa, o caminho à Bangu se tornou mais que um simples transporte ao local central da pesquisa, constituindo um importante espaço de reflexão e observação. É possível perceber a conexão entre Estação e Calçadão para além de suas escadas e elevadores, possuindo uma intrínseca relação que permite a circulação de moradores, vendedores, consumidores, agentes públicos e pesquisadores. A linha de trem não só divide o bairro, mas também conecta por meio de suas passagens as ideias, moralidades e cotidianos de Bangu.

A autoantropologia, ou seja, a antropologia realizada no contexto social que a produziu, tem de fato distribuição limitada. As credenciais pessoais do(a) antropólogo(a) não nos dizem se ele(ela) está em casa nesse sentido. Mas o que ele(ela) afinal escreve se diz se há continuidade cultural entre os produtos de seu trabalho e o que as pessoas da sociedade estudada produzem em seus relatos sobre elas mesmas. (STRATHERN, 2017, p.144)

A partir da obra de Strathern (2017), observo que, por meio da ferrovia, pude me conectar presencialmente com meu objeto de pesquisa. Isso significa compreender a autoria desta pesquisa como integrante do mesmo universo social em que meus interlocutores e objeto de estudo se inserem. A Estação Bangu não era somente parte de meu estudo, mas também um

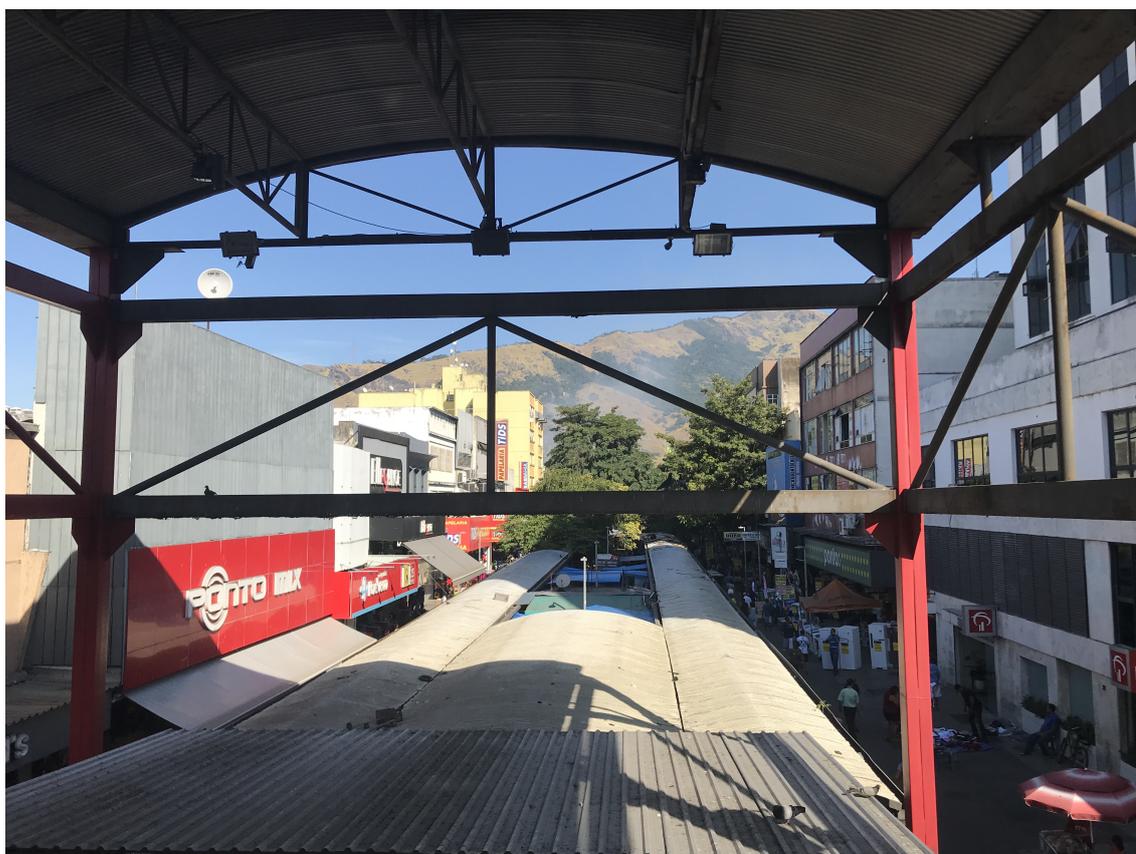
meio de transporte essencial para a realização do trabalho que propunha. Por outro lado, o cronograma de funcionamento, atrasos, lotações e preços da SuperVia limitavam a regularidade das viagens e os horários de presença no Calçadão. As ideias, portanto, que exponho aqui demonstram profunda relação com o transporte que cerca, separa e conecta Bangu.

Ao propor analisar o cotidiano do comércio, essa pesquisa busca também cercar os diversos fatores que o influenciam. O transporte ferroviário é um dos elementos desta equação, possibilitando e limitando a circulação de pessoas, produtos e moralidades ao longo de seus trilhos. Isso significa interpretar a SuperVia como um aspecto primordial para a compreensão de rotinas no Calçadão de Bangu, inclusive ao indicar possíveis dinâmicas próprias ao comércio informal urbano.

Na Figura 4, indico com a cor vermelha o bairro de Bangu, na Zona Oeste, próximo à locais como Realengo, Senador Camará e Campo Grande. Na cor azul, o bairro de Vila Isabel, o ponto de partida no começo do trabalho de campo, enquanto em verde está o Maracanã, local do qual saí na maioria das vezes em que realizei a pesquisa. Este mapa ilustra a distância de trinta e seis quilômetros, ou cinquenta minutos de transporte ferroviário, percorridos entre minha residência e o local de acesso ao objeto de pesquisa, o Calçadão de Bangu.

nários fazendo reparos no local. A cerca de 300 metros do local de embarque e desembarque, há uma passagem subterrânea, conhecida como Buraco do Faim. Noto como a linha férrea divide e conecta o mesmo território de diferentes formas.

Figura 5 - Vista do Calçadão de Bangu



Legenda: Vista do Calçadão de Bangu no sentido da Avenida de Santa Cruz.

Fonte: O autor, 2022.

A organização do bairro em volta da Estação é um processo que remete ao fim do século XIX, na época do estabelecimento da Fábrica de Tecidos. É possível atrelar a ferrovia enquanto “fator fundamental na compreensão de sua localização e organização de seu espaço fabril” (OLIVEIRA, 2019, p.105). A linha férrea escoava a produção industrial e fornecia matéria-prima para suas atividades, conectando o bairro em cerca de uma hora ao Centro do Rio de Janeiro.

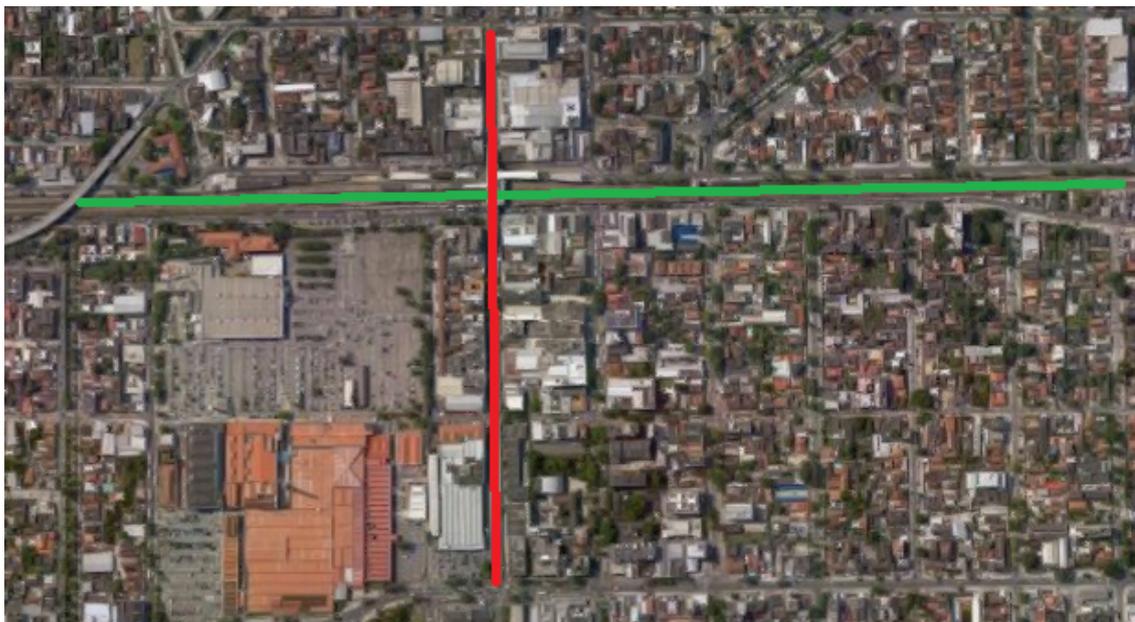
Na Figura 6, vemos um mapa que mostra, parcialmente, o bairro de Bangu. A linha vermelha percorre as extremidades do Calçadão, indo da Rua Francisco Real até a Rua Sul América. Por outro lado, a linha verde demonstra o percurso dos trilhos da SuperVia, conectando a Estação Bangu às paradas em Guilherme da Silveira e Senador Camará. A estação

que homenageia o empresário Guilherme da Silveira¹⁸ também está no bairro de Bangu, dando acesso à Praça Nova Jales e ao Estádio Moça Bonita, pertencente ao Bangu Atlético Clube. Senador Camará é um bairro vizinho, também pertencendo à Zona Oeste carioca.

A linha verde demonstra a centralidade exercida pelos trilhos na organização local. Além de dar acesso às Zonas Norte e Centro da cidade, a linha férrea corta áreas de grande densidade residencial e comercial. Também é por meio de suas escadas rolantes, escadas convencionais e elevadores que se permite ou limita a mobilidade dentro de diversos bairros. A linha vermelha mostra a capacidade que os agentes têm de criar uma continuidade dos espaços públicos mesmo quando, de certa forma, há um obstáculo na sua frente. É possível afirmar isso a partir de uma série de observações que demonstram a continuidade do comércio informal para a parte elevada da Estação Bangu, com utensílios como máscaras para proteção contra COVID-19, roupas, pomada "canela de velho", entre outros, sendo oferecidos ao longo do espaço.

¹⁸ Guilherme da Silveira Filho é filho de Manuel Guilherme da Silveira Filho, presidente da Fábrica de Tecidos Bangu antes dele assumir o cargo em 1970. Ele também foi presidente do Bangu Atlético Clube.

Figura 6 - Mapa parcial de Bangu



Legenda: Mapa parcial de Bangu com linha vermelha (Calçadão) e linha verde (trilhos da SuperVia)

Fonte: O autor, 2022.

Esta análise relembra diretamente a noção de pessoas enquanto infraestrutura (SIMONE, 2004)¹⁹. Nesta perspectiva, destaca-se a ação de indivíduos potencialmente marginalizados pelo espaço urbano. As ações desenvolvidas por estes indivíduos podem ser caracterizadas pela mobilidade, heterogeneidade e provisionalidade.

O comércio neste trecho de Bangu demonstra algumas destas características. As atividades são realizadas, principalmente, por bancas operadas individualmente, mas que dividem o espaço da plataforma com outros vendedores. Os ritmos de presença comercial demonstram um comportamento comum aos comerciantes, mesmo os informais, sendo privilegiados os dias e horários de maior circulação ferroviária. É visível também que os pontos de venda são delimitados e ocupados pelos mesmos indivíduos regularmente, não devido à uma legislação ou posse formal, mas pelas relações ali estabelecidas dentro do cotidiano da Estação.

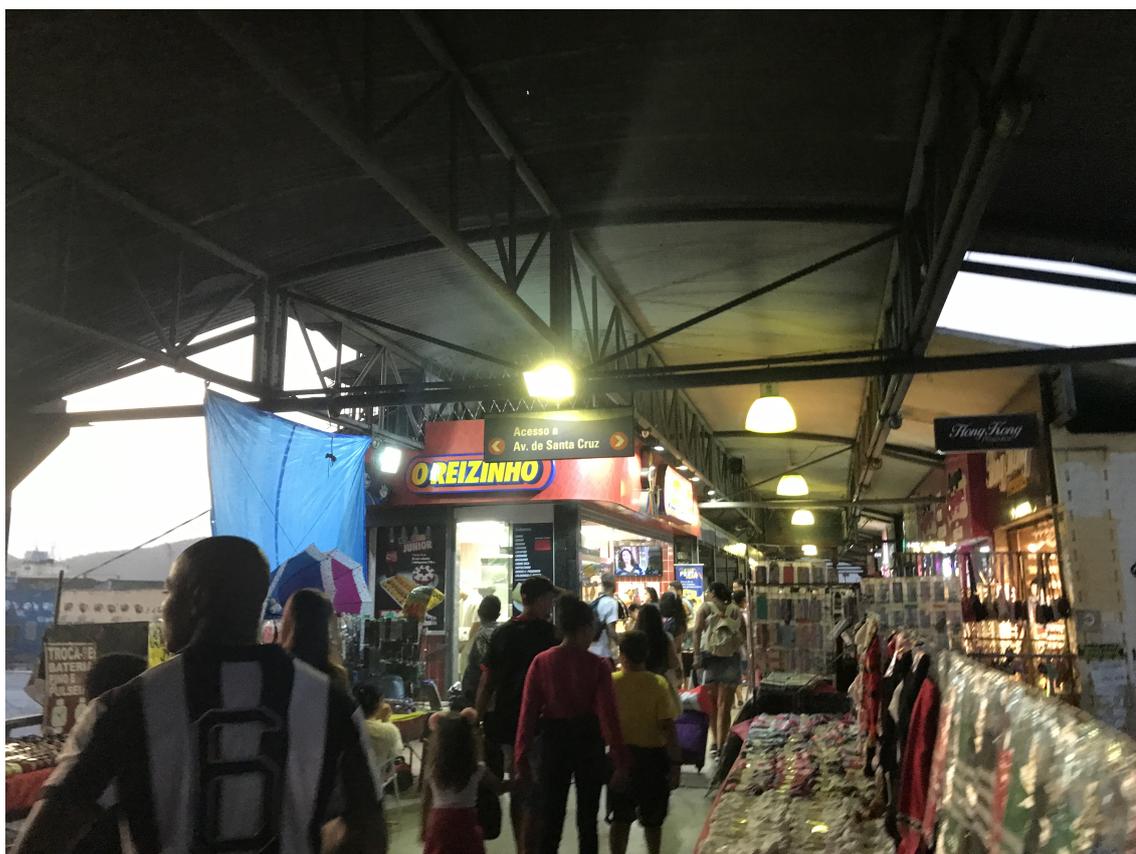
Na Figura 7, pode ser vista a circulação de pedestres pela parte elevada da Estação Bangu. A foto, feita já no fim de uma tarde de julho, mostra as lâmpadas da Estação acesas, com o céu ainda claro ao fundo. Ao redor dos pedestres, temos uma banca oferecendo meias, na parte direita, e outra com relógios, na esquerda. Ao lado da lanchonete O Reizinho, há

¹⁹ “People as Infrastructure”, no original.

um comerciante de capas de celular. Fora do campo de visão da imagem, há ainda outros comércios de maquiagem, acessórios e utensílios para casa, além dos outros produtos oferecidos informalmente.

Os diversos aspectos que podem ser atribuídos à Estação Bangu e aos trilhos que cortam o bairro, tais como fronteira, passagem, local de trabalho ou transporte público, demonstra a maleabilidade deste espaço enquanto infraestrutura ou obstáculo (STAR, 2020). Essa perspectiva relacional permite compreender os espaços enquanto mobilizadores e objetos de sentidos e funções diversas. A Estação analisada é palco para fluxos e usos que se modificam a partir da apropriação de determinada pessoa ou grupo.

Figura 7 - Vista da plataforma da Estação Bangu



Legenda: Comércio informal e lanchonete na parte elevada da Estação Bangu

Fonte: O autor, 2022.

É, por isso, que também se nota a coexistência dos comércios formais e informais neste curto espaço. A presença dos dois tipos de comércio lado a lado demonstra os limites e intersecções entre a regulação comercial, a ação estatal na imposição de regras, a ação deliberada de agentes públicos ao permitir certas atividades comerciais e a capacidade de comerciantes informais de se organizarem enquanto um setor econômico e político (CROSS, 2000). A determinação da ilegalidade ou legalidade de uma atividade pode ser vista, então, como uma combinação de elementos como definições jurídicas, motivações políticas e econômicas e poder dos agentes envolvidos (Idem, 2000).

Este trabalho propõe, a partir das observações de campo realizadas, que há continuidade das práticas comerciais e simbólicas do Calçadão de Bangu na Estação. O comércio informal, entrelaçado com lojas regularizadas, num fluxo variável de pedestres é uma característica que demonstra a extensão do Calçadão para além de sua definição formal. As ligações entre Estação e Calçadão vão além do aspecto material de suas escadas e elevadores, devendo-se considerar as práticas e circulações ali presentes que tornam esses espaços convergentes, admitindo-se

diversas variabilidades de usos e sentidos a partir de determinadas datas, horários e condições climáticas.

Isso também significa compreender o que Certeau (1998) chama de diferença entre a produção da imagem e produção secundária a partir de sua utilização. Ao tomar a criação do Calçadão enquanto imagem de um projeto de cidade, é possível tomar os seus usos cotidianos como a produção secundária. Essa perspectiva aponta para necessidade de observar a ação dos agentes para além de um singular consumo ou uso do espaço, partindo da noção de que estes também estão produzindo suas próprias narrativas, símbolos e usos para a imagem inicial.

Esta seção, portanto, analisou a Estação Bangu enquanto um local de centralidade para o bairro homônimo. A sua posição, entre a Rua Coronel Tamarindo e Avenida de Santa Cruz, divide e conecta o território banguense, assim como as atividades ali desenvolvidas. Observo, contudo, a continuidade do comércio formal e informal na conexão entre a Estação e o Calçadão, com camelôs e lojistas se fazendo presente no caminho daqueles que chegam, saem ou transitam por Bangu.

2.2 Comerciantes e Trajetórias

Esta seção é dedicada aos “trajetos” (MAGNANI, 2002), nos sentidos espaciais e simbólicos, feitos pelos interlocutores²⁰ que contribuíram para a pesquisa. Por um lado, me conectava com o Calçadão por meio da Estação Bangu, notando também o intenso trânsito de pessoas entre suas escadas. Por outro, esse trajeto não seria necessariamente compartilhado pelos comerciantes do espaço estudado.

Ao indagar alguns interlocutores sobre o local de sua residência, recebi respostas como Jardim Bangu, Cavalo de Aço²¹ e Padre Miguel. As formas de transporte também pareciam variar, passando por moto, vans, mototáxi e kombi. O trem, nesse momento, parecia ocupar um local mais secundário nas rotinas que tentava acompanhar.

Inês – Eu moro ali no Cavalo de Aço.

M – É para cá, não é?

Inês – É, pertinho.

M – Pertinho. Então você vem de van ou de ônibus?

Inês – Eu venho de kombi junto com eles...

M – Aham.

Inês – ... quando tem espaço, aí vem o motorista, que é o patrão, vem eu e ele.
(Trecho de entrevista, 2021)

²⁰ Todos os interlocutores citados neste trabalho tiveram seus nomes modificados. Quando o diálogo mostra M, é uma fala atribuída ao autor desta pesquisa.

²¹ Comunidade presente no bairro de Senador Camará, Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Esse movimento de ir e vir ao Calçadão, com determinadas recorrências, é o que busco examinar neste momento. O trajeto pode ser pensado para dinâmicas urbanas amplas, conectando “equipamentos, pontos, manchas, complementares ou alternativos” (MAGNANI, 2002, p.2). Já dentro das próprias “manchas”, os “trajetos” ligam os diferentes pontos de sua extensão. O “trajeto”, assim, é uma possibilidade de conexão entre diferentes espaços de um conglomerado urbano ou de conexões internas de uma comunidade.

Retornando ao Calçadão, os movimentos ali observados podem ser inseridos nas mais diferentes dinâmicas. Os interlocutores citados conectam-se de diferentes pontos da Zona Oeste, dentro do bairro de Bangu ou próximo a ele, para segmentos das avenidas Ministro Ary Franco e Cônego Vasconcelos. Os inúmeros passageiros do Ramal Santa Cruz, por outro lado, estavam percorrendo distâncias e estabelecendo trajetórias diferentes dessas, por vezes indo da primeira parada na Central do Brasil até a última no bairro que dá nome ao Ramal.

Os caminhos percorridos também demonstram a constituição de cotidianos. Ao conversar com os comerciantes do Calçadão, ouvi, por vezes, que chegam no local por volta das sete ou oito da manhã. A jornada de trabalho, pelo que foi relatado, terminava perto das sete da noite, totalizando doze horas diárias, sem contar o tempo de transporte. Destaco aqui, porém, que essa jornada não é necessariamente rígida. Conforme relatado sobre o comércio nos trens fluminenses, a presença no Calçadão também varia de acordo com a circulação de possíveis consumidores. Em dias de maior “movimento”, a jornada de trabalho poderia ser estendida até o momento em que o vendedor considerar vantajoso, assim como seria encurtada se o “movimento” estivesse “fraco”.

“Movimento”, nesse caso, seria a presença de potenciais clientes nas ruas. “Forte” pode ser indicado como um dia proveitoso para o comerciante, com alta circulação de pessoas. “Fracó”, por outro lado, representaria um dia com baixa circulação de pessoas, possivelmente resultando em poucas vendas.

É possível observar também que há diferentes formas de trabalhar no local. Inês, funcionária de uma pastelaria, tinha dezenove anos quando conversamos. Ela trabalhava na venda de lanches há cerca de dois anos, por indicação de uma amiga dela. Antes, ajudava um tio na venda de churrasquinho.

Inês, na condição de funcionária, tinha horários de trabalho mais rígidos, já que possuía um “patrão”. Essa era a mesma condição de Francisco, que era jornalista de uma banca perto do mercado Assaí. Os seus horários também eram pautados a partir da relação com seu chefe, que aparentemente ele conhecia desde antes de exercer a profissão.

Francisco – Cara, eu comecei a trabalhar aqui porque eu fui de intrusão [risos]. Fui aprendendo, olhando e, depois, com o tempo, meu chefe me contratou.

M – Aham.

Francisco – Eu já sabia o ofício, entendeu?

M - Aham.

Francisco – Eu já sabia arrumar, eu já sabia conferir, eu já fazia... já sabia fazer encalhe...

M – Sim.

Francisco – Já sabia fazer vendas, entendeu?

M - Sim. E você trabalha de segunda à sexta?

Francisco – Sábado.

M – Sábado?

Francisco – Segunda à sábado. Eu pego aqui agora de dez às sete e dom... sábado eu pego de oito às quatro (Trecho de entrevista, 2021)

Um terceiro interlocutor, chamado de Raniel, possuía uma banca de venda de óculos. Ele era o único vendedor de sua banca, mas mantinha uma relação próxima com sua mãe, que vendia óculos no bairro da Tijuca, na Zona Norte carioca. Pelos seus relatos, Raniel e sua mãe tinham o mesmo fornecedor e escolhiam juntos os óculos a serem comprados. Em relação a Francisco e Inês, Raniel tinha uma maior autonomia na gestão da jornada de trabalho. Ele dizia escolher os seus horários a partir do “movimento”. Essa percepção do fluxo de clientes também apareceu na fala de outros interlocutores. O olhar para os potenciais consumidores aparece na discussão sobre os pontos de venda, tema da próxima seção.

Uma dúvida inicial foi em qual local os comerciantes guardavam seus equipamentos de trabalho. A Pastelaria do Neto tinha uma estrutura que era diariamente montada e desmontada, sendo transportada em uma kombi. Esse material inclui isopores, bancos de plástico, fritadeiras, botijão de gás e a tenda, entre outros objetos. O galpão em que eles guardavam esse material ficava em Santíssimo, a cerca de oito quilômetros de distância do Calçadão.

Raniel, por sua vez, relatou que guardava seus produtos e equipamentos de trabalho em um depósito perto do Calçadão. Os depósitos eram, geralmente, estacionamentos da região. A locação do espaço custava entre vinte e cinco e cinquenta reais por semana. Raniel guardava os óculos que vendia em caixas brancas que, posteriormente, eram colocadas dentro de um “carrinho cinza”, com a possibilidade de ser trancado por cadeado.

Figura 8 - Carrinho cinza em uma noite no Calçadão de Bangu



Legenda: Carrinho cinza coberto por plástico azul em uma noite na Avenida Cônego Vasconcelos
Fonte: O autor, 2022.

Na Figura 8, é possível observar o que a pesquisa denomina “carrinho cinza”. O compartimento, que possui quatro rodas e duas portas, está coberto em parte por um toldo azul. Há, ainda, uma cadeira de plástico sobre sua estrutura. O carrinho de Raniel era menor do que aquele visualizado na imagem, mas possuía características similares.

Nas idas ao Calçadão, notei que diversos comerciantes começavam a guardar seus produtos em carrinhos, carroças, kombis e carros por volta das seis horas da noite. O horário do pôr-do-sol parecia indicar o fim de expediente para muitos no local. Nesse momento, observava um “trajeto” diferente do inicial, em direção aos galpões, depósitos e casas dos trabalhadores.

Essa recorrência dos “trajetos” citados leva a uma noção de “hábitos” (BISSELL, 2014). O esforço consciente para percorrer os caminhos de ida e vinda do Calçadão não seria necessário para um indivíduo que repetisse esses movimentos. A compreensão do hábito enquanto parte da mobilidade permite compreender o seguinte aspecto: a locomoção, de certa forma, pode auxiliar, inibir ou proibir a formulação de ações recorrentes. O hábito e o trajeto conectam-se na rotinização da vida urbana.

Hábito é uma relação produtiva pela qual o desejo se realiza: é quando uma atividade que requisitava um esforço consciente, com o tempo, fica cada vez mais afastada do desejo consciente, sendo movida pelas “atividades obscuras” do hábito. Ao mesmo tempo, as mudanças afetivas e moleculares que essa transição inicia transforma a natureza do desejo em si, estimulando novas atividades e novos futuros. Dessa maneira, o hábito é a forma que todos os movimentos tomam para além de si mesmo para condicionar futuros movimentos. Em vez de considerar a soberania do desejo como a origem, o hábito é primário – e desejar é apenas um subcomponente do trabalho do hábito. (BISSELL, 2014, p.487-488)²²

No Calçadão, observei os “hábitos” relacionados, principalmente, ao mundo do trabalho. As movimentações ali compreendidas estavam conectadas ao comércio de rua, passando por fornecimento de produtos e armazenamento, às residências dos interlocutores. Essas ações passavam por dimensões para além do ofício profissional, interagindo com a formulação de estilos de vida, laços de solidariedade e maneiras de se relacionar com o espaço público e privado.

É importante apontar que observar o cotidiano a partir do comércio de rua remete a uma concepção de “existência de condutas deliberadamente ambíguas que são fugidias ao enquadramento conceitual binário” (LEITE, 2010). A análise passa por compreender a fluidez de trânsitos, hábitos e narrativas que habitam em torno do formal e informal, irregular e ordenado, entre outros modos de se usar o espaço público. O caráter, por vezes ambíguo, do comércio é o que torna figura recorrente do urbano, ao mesmo tempo que eventualmente positivamente reconhecido, negativamente observado, alvo de remoção e tema de legislações e projetos urbanísticos.

Assim, noto que os “hábitos” e “trajetos” presentes no Calçadão estão nas intersecções dessas categorias de valor. A recorrência dos usos dados pelos comerciantes demonstra uma regularidade de seus atos, ou seja, a criação de uma rotina a partir daquele espaço e atividade laboral. Os caminhos percorridos por cada um, contudo, destacam as incertezas e a maleabilidade de uma atividade informal, feita a partir das condições que as ruas de Bangu oferecem ao seu potencial de venda.

Por meio desta seção, noto os fluxos, principalmente os individuais, dos meus interlocutores em meio a sua rotina composta regularmente pelo local de trabalho, residência e depósito de mercadorias e estruturas para barracas. A partir do diálogo com essas pessoas, pude observar a heterogeneidade de seus caminhos e relações com o Calçadão de Bangu. Da mesma forma,

²² Habit is the productive relation through which desires become realised: where an activity that once required conscious effort, over time, becomes increasingly removed from the sphere of conscious willing, animated instead by habit’s ‘obscure activity’. At the same time, the affective, molecular changes that this transition initiates transform the nature of desire itself, thereby stimulating new activities and new futures. As such, habit is the way that all movements stretch beyond themselves to condition future movements. Thus rather than understanding the sovereign will as the point of origin, habit is primary – and willing is just a sub-component of habit’s work. (BISSELL, 2014, p.487-488)

noto a diversidade das suas condições de trabalho e funções ali exercidas.

2.3 O ponto de venda

Kaiane: Antigamente, ficava muito uma galera hippie lá do outro lado. Agora, quase não tem mais. (Trecho de conversa, 2022)

O ponto de venda, para fins desta pesquisa, é definido como o espaço delimitado fisicamente para o comércio. Esse ponto pode ser ocupado por uma ou mais pessoas, que estabelecem entre si uma relação de sociedade ou chefia. As funções realizadas por esses indivíduos não são necessariamente as mesmas, variando conforme o tipo de comércio e os acordos ali estabelecidos.

Um ponto de venda, no Calçadão de Bangu, possui uma pessoa responsável por ele. Essa pessoa pode alugar o espaço para um terceiro, utilizá-lo ou até mesmo deixá-lo vazio. No processo desta pesquisa, um interlocutor afirmou alugar o ponto de um “menor”, que seria responsável pelo espaço que ocupava. Não foi possível averiguar se esse “menor” era um camelô cadastrado no Cadastro Único de Ambulantes (CUCA), um agente municipal ou até mesmo outra espécie de agente que atua naquele espaço. Pela convivência entre os comerciantes, é comum que eles conheçam quem ocupa cada ponto. Isso inibe, de acordo com os relatos coletados, que outra pessoa ocupe um espaço sem a autorização do responsável ou inquilino.

A relação de locação, mesmo que não seja firmada contratualmente, garante a possibilidade do inquilino exercer a atividade comercial em determinado ponto. A relativa estabilidade do ponto passa, primeiramente, pelo estabelecimento de uma relação entre o comerciante e o responsável. Em segundo plano, o reconhecimento entre os comerciantes também influencia na manutenção de um ponto, permitindo a identificação de um local enquanto de determinada pessoa ou tipo de comércio, mesmo que o vendedor não esteja nele.

Nesse momento, cabe analisar o ponto de venda enquanto um “âncoradouro”. Esse local de trabalho, consumo e venda é fixo, delimitado espacialmente e tem seu usuário definido. Por ele, passam pessoas, objetos, dinheiros e ideias, entre outras possibilidades de fluxos. É possível pensar nesse espaço enquanto um organizador, um ponto de convergência, início ou fim de diversas experiências que circulam pela rua. Noto que a partir, em volta ou em direção a ele surge “um sistema de mobilidades que pressupõe performances alinhadas e produz subjetividades específicas” (FREIRE-MEDEIROS; LAGES, 2020, p.128). Isso significa compreender o ponto de venda enquanto um fator central para a observação do cotidiano do comércio de rua.

Kaiane: Você paga taxa aqui?

Raniel: Eu pago porque o ponto é de alguém.

M: Ah, sim, sim.

Raniel: Então não dá para você chegar e colocar as coisas, porque alguém trabalha aqui. (Trecho de conversa, 2022)

A garantia do ponto também é determinada por uma relação com a Guarda Municipal do Rio de Janeiro. Em contraste com os policiais da Operação Segurança Presente, que parecem não atuar na regularização e ordenação do comércio local, os agentes da Guarda eventualmente interferem na rotina dos comerciantes. Os relatos apontam que a Guarda parecia atuar, principalmente, na autuação de veículos irregularmente estacionados naquela região. Inês aponta que regularmente a kombi da Pastelaria era motivo de conversa entre os agentes municipais e seu patrão.

Uma outra forma de atuação da Guarda Municipal é na cobrança de taxas dos comerciantes de rua. Raniel mencionou uma vez que seria um pagamento de cinco reais por comerciante. Esta pesquisa, contudo, não conseguiu averiguar a regularidade da cobrança ou o preço desta taxa para além dessa menção do interlocutor. Um fator que contribui para a sustentação desta declaração é que, no período de pesquisa, não foi presenciada ou relatada nenhuma operação da Guarda para o recolhimento de produtos ou retirada de vendedores no Calçadão de Bangu.

Em diálogo com Rabossi (2011), concebo que a “política de fato” não está, necessariamente, em oposição à “política de direito”. Isso significa que há uma intersecção entre regras, indefinições legais e relações sociais que produz o cotidiano do comércio de rua. A junção desses fatores produz, no Calçadão, a convivência entre os sistemas formais e informais, galerias e calçadas, Shopping e rua, supermercados e barracas. As diversas formas de comercializar e consumir competem e se alimentam neste ecossistema.

Neste sentido, é possível dizer que as formas de regulamentar, na lei e na rua, e as formas de escapar da regulamentação, nos mesmos âmbitos, produzem o cotidiano comercial. As taxas para a Guarda e o aluguel ao dono do ponto são alguns dos aspectos entremeados nesta realidade. Os demais fatores de destaque são a disputa pelos pontos em determinados trechos do Calçadão e a variação de preços a partir da localidade da venda.

Voltando à ideia de “movimento”, relembro a concentração de vendedores de acessórios de celular na Rua Professor Clemente Ferreira. Este trecho, próximo à uma entrada para pedestres do Bangu Shopping, tinha muitos comerciantes que chamavam os potenciais clientes aos gritos. Eu, enquanto circulava pelo local, fui abordado diversas vezes por eles, que ofereciam capa e película. Em uma ocasião, o vendedor pediu para ver o modelo do meu celular e o tomou de minha mão, mostrando a película que tentaria vender. O preço inicial do produto foi de sessenta reais, passando para quinze após eu recusar seguidas vezes.

Na cena descrita acima, o vendedor argumentou comigo que queria mostrar serviço para seu patrão, por isso ele estava abrindo mão de sua parte no lucro. Nisso, o preço diminuiu em quarenta e cinco reais, chegando a vinte e cinco por cento do valor original. De certa forma, parece difícil imaginar tamanho desconto de um vendedor cujo patrão não aprovasse a prática ou tivesse preços iniciais mais baixos.

A variação de preço também apareceu em conversas com interlocutores. Uma película de celular, mais próxima às escadas rolantes, poderia custar cerca de vinte reais. O preço não seria necessariamente o mesmo conforme o pedestre circulasse, já que o “movimento” maior ou

menor influencia nos preços. A recusa de uma compra inicial ou a barganha com o comerciante também poderia influenciar no preço final.

Essa cena aponta algumas possíveis interpretações sobre os pontos com mais “movimento”: o comerciante pode praticar preços iniciais mais caros; a disputa pelo ponto é mais acirrada e há mais competição pelos clientes. No trecho do muro do Bangu Shopping, os vendedores não só gritam para os clientes, mas entre si. Entre conversas e piadas, é possível observar a competição entre eles. Em dado momento, uma discussão entre dois vendedores culminou com um recebendo a alcunha de “malandrão”. Também aponto que as técnicas para chamar os clientes são intensificadas neste local, com a atuação dos vendedores sendo descrita como “assédio” pela interlocutora Kaiane.

A preferência e disputa dos comerciantes de rua por determinados trechos é um dos pontos analisados por Cross (1998). Na Cidade do México, capital mexicana, a localidade conhecida como El Centro é palco de vendedores de ruas desde, pelo menos, a década de 1950. Os governos locais tentaram realocar os vendedores no fim dessa década, construindo mercados para abrigá-los. Ao longo dos anos 1960, o comércio de rua voltou a ocupar o local e continuou até a época analisada por Cross (Idem). Nem mesmo uma reforma na via pública na década de 1980 desmobilizou os grupos que atuavam na região.

A referência ao cenário mexicano aponta para a composição conflituosa do cotidiano urbano. Assim como nas ruas de Bangu, os gestores públicos analisaram que determinado espaço não poderia ser ocupado pelo comércio de rua. Contudo, a experiência de vendas em rua não permite, simplesmente, que esses comerciantes sejam realocados para locais fechados ou fora das principais vias de suas cidades. A permanência e resistência do comércio de rua às mudanças pode demonstrar uma conexão entre a viabilidade comercial e a localização em determinado trecho de calçadas, estradas e demais pontos de comércio informal.

A combinação do crescimento impulsionado pela crise do setor informal e a abordagem neoliberal emergente do governo levou os funcionários da Cidade do México a tomarem medidas contra o vibrante crescimento da venda ambulante em meados da década de 1980. Em 1984, novas autorizações foram proibidas; em 1985 uma nova agência foi formada para controlar e reduzir o número de vendedores, e em 1988 o regulamento que permite a venda ambulante foi declarado nulo, anulando todas as licenças. No entanto, em 1993, o número de vendedores ambulantes dobrou para cerca de 200.000. Finalmente, em 1993-1994 a cidade construiu 24 “praças comerciais”; feitas para abrigar cerca de 10.000 comerciantes que trabalhavam no “Centro Histórico”; e proibiu todas as vendas ambulantes na área. A vitória provou ser ilusória, pois a venda ambulante cresceu rapidamente em outras áreas da cidade. Além disso, as novas praças nunca foram mais do que meio cheias, e após o colapso do peso em dezembro de 1994, muitos dos vendedores cumpriram a ameaça de retornar às ruas. As taxas de juros estratosféricas em suas bancas e o colapso das já baixas vendas nos novos mercados tornaram este último uma alternativa comercial fraca em comparação às calçadas que ocupavam antes. O resultado foi o contínuo conflito entre os vendedores e a polícia de choque na área (Cross,

1996a). (CROSS, 1998, p.48)²³

É possível apontar que a construção, regulação ou remoção de espaços de venda por parte do poder público às vezes entra em choque com os interesses de quem atua neste campo. O Calçadão, seja nas partes cobertas ou descobertas, é ocupado pelos comerciantes por ser mais atrativo, em diversos âmbitos, do que locais denominados como mercados públicos, mercados populares ou vias públicas em outras regiões. “Movimento”, acessibilidade, preço de aluguel e lucratividade são alguns dos aspectos que atuam na atratividade de um espaço para o comerciante de rua. A ida aos mercados fechados, que podem ser tema de futuras análises, não é necessariamente uma melhoria para esses trabalhadores.

Nesse cenário, os trabalhadores se veem “nas fronteiras porosas entre o legal e o ilegal, o formal e o informal, de forma descontínua e intermitente” (TELLES; HIRATA, 2007, p.174). Nas fronteiras apontadas acima, se desenrolam cotidianos, relações sociais, modos de trabalho e modos de consumo em diversos níveis. Este trânsito entre cenários que podem ser opostos, concorrentes ou complementares permite ao trabalhador circular não só pelo espaço urbano, mas também pelas possibilidades de vida que se expõem a cada contexto experimentado.

A gestão dos pontos de vendas do comércio informal no Calçadão pode ser visto como um “agenciamento prático da vida cotidiana” (TELLES; HIRATA, 2007, p.187). Essa organização do local comercial é integrante das perspectivas práticas e simbólicas da vida destes trabalhadores. Alugar, ocupar, montar, negociar e desmontar são algumas das ações envolvidas nesse processo de “ganhar a vida” (CAMPOS, 2022) enquanto comerciante informal.

²³ The combination of crisis-driven growth of the informal sector and the emerging neoliberal approach of the government prompted the officials in Mexico City to take action against the vibrant growth of street vending in the mid-1980s. In 1984 new permits were banned; in 1985 a new agency was formed to control and reduce the number of vendors, and by 1988 the regulation permitting street vending was declared void, nullifying all permits. Nevertheless, by 1993 the number of street vendors had doubled to about 200,000. Finally, in 1993-1994 the city built 24 commercial plazas; designed to house approximately 10,000 vendors who worked in the Historical Center; and banned all street vending in the area. The victory proved illusory, as street vending grew apace in other areas of the city. Furthermore, the new plazas were never more than half full, and after the collapse of the peso in December 1994 many of the vendors made good on a threat to return to the streets. The stratospheric interest rates on their stalls and the collapse of the already low sales in the new markets made the latter a poor commercial alternative to the sidewalks they had occupied before. The result was continual conflict between vendors and riot police in the area (Cross, 1996a).(CROSS, 1998, p.43)

Figura 9 - Produtos expostos na Avenida Cônego Vasconcelos em dezembro de 2021



Legenda: Máscaras, mochilas e gorros natalinos na Avenida Cônego Vasconcelos

Fonte: O autor, 2021.

Na Figura 9, é possível observar uma espécie de varal sustentado na estrutura do Calçadão de Bangu, no trecho da Avenida Cônego Vasconcelos. Há cordas que se estendem de uma coluna a outra da cobertura do Calçadão, com os produtos sendo mantidos nelas por meio de pregadores tipicamente usados para pendurar roupas. Na imagem acima, registrada em dezembro de 2021, vê-se mochilas com estampas da bandeira brasileira, escudos de Bangu, Botafogo e Flamengo, além de uma versão com a marca do aplicativo *TikTok*²⁴. O gorro natalino era uma marca comum nessa época, assim como as máscaras de proteção contra a COVID-19. Ambos os produtos não foram encontrados amplamente em outros momentos do ano.

O caso descrito também pode apontar para a temporalidade dessas estruturas de venda. As cordas, os pregadores e os produtos não ficavam expostos permanentemente naquele ponto, sendo retirados pelo seu comerciante assim que terminasse seu horário de trabalho. O comércio

²⁴ Rede social utilizada, principalmente, para criar e compartilhar vídeos curtos

de rua possui, então, a capacidade de “produzir diariamente o espaço para a realização de seu trabalho” (RABOSSI, 2011, p.86).

No Calçadão, esse espaço produzido pelo comerciante se apresenta de diversas formas. Exponho aqui as mais recorrentes, passando pelo varal estendido pelas colunas, as mesas de madeira e o carrinho tipicamente usado para preparar e guardar lanches diversos. Há, ainda, os suportes de plástico utilizados para expor as capas de celular, as tendas montadas por algumas pastelarias e, menos presentes, aqueles que estendem um pano no chão com seus produtos. Para além dessas produções recorrentes, há os pontos de venda com estruturas fixas. Esses estão em menor quantidade ao longo do Calçadão, sendo representados, principalmente, pelas bancas de jornais e alguns pontos para vendas de lanches. Ao contrário dos comerciantes que montam suas estruturas, esses comerciantes parecem reter o ponto de venda para si mesmo, contando também com funcionários, como observado no caso de Francisco.

Francisco – Sempre foi assim... Eles tentaram organizar aí algo na época do Crivella aí, fazendo o negócio do Camelô Legal.

M. – Aham.

Francisco- Só que tipo assim, muita pouca gente usa o ponto.

M. – Sim...

Francisco – A maioria que fica aí nos pontos não é legalizado

M. – Sim, sim.

Francisco - E os legalizados não vêm trabalhar, entendeu? (Trecho de entrevista, 2021)

No trecho acima, Francisco diz que a gestão municipal de Marcelo Crivella (2016-2020) havia tentado “organizar” o Calçadão de Bangu por meio de um programa chamado “Camelô Legal”. O nome oficial da política municipal era Ambulante Legal e o seu lançamento ocorreu em agosto de 2018 por meio do Decreto 4838/2018. O programa visava recadastrar os ambulantes distribuídos pela cidade carioca, antes organizados pelo Cadastro Único de Ambulantes (CUCA) e com uma estimativa de quinze mil cadastrados. Essa política, contudo, não abarcou todos aqueles que trabalhavam nas ruas e tampouco tratou da sublocação dos pontos de venda.

O trabalho de campo, que teve início em setembro de 2021, não observou resquícios do Ambulante Legal nas ruas de Bangu. Os comerciantes não eram necessariamente aqueles cadastrados. Da mesma forma, os crachás de identificação não foram vistos ao longo dos meses. Noto, porém, que essas observações foram feitas já na gestão de Eduardo Paes, que começou em janeiro de 2021.

As políticas municipais tentam produzir uma gestão do espaço que não se solidificam, como demonstrado pela observação das ruas. O comércio ambulante, por mais que ocorram cadastros e regulações, continua a se manter nas vias públicas que são mais atraentes para seus objetivos. Essas formas de “ganhar a vida” não estão necessariamente inclusas nos códigos municipais.

Desta forma, demonstro aqui a “criatividade dispersa, tática e bricoladora” (CERTEAU, 1998, p.41) do comércio de rua. Sob a regulação dos ordenamentos urbanos, esses atores produzem formas de “ganhar a vida”, ocupar a cidade e comercializar seus produtos que não estão necessariamente conformadas com as expectativas do planejamento público. Essa gestão de pontos e estruturas de vendas demonstra a capacidade dos comerciantes de produzir cotidianos.

Entre modos de “ganhar a vida” e “maneiras de fazer”, o ponto de venda demonstra a agência dos camelôs no cotidiano urbano. A figura do ambulante e de suas barracas, caixas e carrinhos é parte indissociável de um imaginário do Calçadão de Bangu. Por mais que planejado de outra maneira na década de 1990, a presença extensa desses comerciantes compõe a rotina daqueles circulam e habitam por essas ruas.

3 VIDA NA CÔNEGO VASCONCELOS

Este capítulo trabalha, principalmente, a dimensão sonora do Calçadão de Bangu. Por meio de categorias articuladas por nativos, assim como discutidas na literatura, busco debater as formulações sobre o que seria bagunça, barulho, trabalho e diversão. Também debato as formas de se atrair clientes e se posicionar no espaço público enquanto comerciante. Estes aspectos são divididos nos seguintes níveis.

Primeiramente, me dedico a debater as estratégias de venda sonoras. Para isso, destriño os usos de anúncios, discursos e músicas pelos comerciantes do Calçadão. Observo as continuidades e rupturas, assim como as diferentes percepções, que ocorrem nesta dimensão sensorial.

Posteriormente, me debruço sobre os binômios bagunça-trabalho e barulho-diversão. Mais do que nomear os subcapítulos, estes termos carregam uma representatividade simbólica sobre as formas de se relacionar com o espaço e o outro. Para além do aspecto sonoro, estas seções descrevem noções sobre organização do espaço público e cotidianos comerciais, retornando aos aspectos sobre divisão de espaço e controle de pontos discutidos anteriormente.

3.1 Vendendo sonoramente: anúncios, discursos e músicas

Ao iniciar o projeto de pesquisa, gravei áudios com meu próprio celular. Sons do transporte público, vendedores oferecendo seus produtos e a circulação de pessoas pelas ruas eram alguns destes elementos captados. Com o desenvolvimento do projeto, tinha a intenção de gravar entrevistas com comerciantes locais e optei por adquirir um gravador especificamente para este fim. O contato com a literatura me fez perceber que a entrevista formal e a limitação do gravador para este fim não permitiria uma exploração ampla dos aspectos do Calçadão de Bangu.

Desse modo, passei a praticar uma gravação, de certa forma, mais livre, registrando sons diversos que aconteciam ao meu redor no processo de pesquisa. Esse procedimento permitiu captar anúncios, músicas e conversas, entre outros sons, em seus contextos de acontecimento rotineiro (GOODY, 2010), sem a necessidade de relatos específicos sobre estes num formato de entrevista.

A gravação livre de sons também permite o registro de diversas versões do cotidiano de um mesmo lugar a depender, claro, de seus dias, horários, datas comemorativas e até mesmo condições climáticas. Esse hábito de pesquisa permitiria notar a variação das “imagens sonoras” (VEDANA, 2010) peculiares ao Calçadão. Neste sentido, perceber a presença ou ausência de determinados sons pode auxiliar na compreensão de um cotidiano.

Nas idas ao Calçadão de Bangu, um dos sons que captou minha atenção é do MotoTáxi

Azulzinho. Presente ao lado do Supermercado Guanabara, logo após a descida da escada rolante da estação ferroviária, a caixa de som do Azulzinho repetia que oferecia “saídas a partir de cinco reais” e seu serviço estava ali “24 horas por dia”. Os seus funcionários, trajados com um colete azul, eram encontrados sentados perto das motos no encontro da Rua Coronel Tamarindo com a Avenida Ministro Ary Franco.

Ao longo da pesquisa, feita, principalmente, entre dez da manhã e sete da noite, os anúncios do Mototáxi Azulzinho eram presença quase constante do aspecto sonoro daquele ambiente. A sua rara ausência, inclusive, me trouxe um estranhamento, ao ponto de anotar em meu diário de campo: “Os funcionários do Mototáxi Azulzinho estavam no seu ponto com os coletes, mas não estava tocando o típico anúncio deles” quando não o escutei em uma manhã.

A etnografia de rua neste sentido, se complexifica a cada saída de campo, na percepção das recorrências e descontinuidades que conformam o espaço urbano. Entre estas recorrências ou descontinuidades percebidas em campo e registradas em cadernos de notas estão também as imagens sonoras próprias do fenômeno pesquisado. (VEDANA, 2010, p.3)

Já do outro lado do Calçadão, próximo à agência da Caixa Econômica, costumava se encontrar o anúncio da Barraca das Delícias. A Barraca pode ser descrita como um carrinho de lanches, oferecendo bebidas açucaradas, água, café, chocolate quente e salgados de diversos sabores. A sua caixa de som alternava dizeres como “aqui é o Locutor Naldo”, “salgados com tempero da vovó” e música gospel. O som da Barraca não era o único presente naquele trecho, com as conversas, falas de vendedores e outras caixas de som se sobrepondo ou sendo sobrepostas pelas ofertas de lanches.

A presença dos anúncios e músicas do Mototáxi Azulzinho e da Barraca das Delícias, junto aos outros elementos sonoros das ruas, compõe a ambiência sonora do Calçadão de Bangu. Isso é fruto “dos efeitos de agregação (Maffesoli 1996) entre os sujeitos em suas formas de habitar os espaços da cidade” (VEDANA, 2010, p.7). As diferentes formas de vender, consumir e circular pelo meio abordado também podem ser analisadas pelos aspectos sonoros produzidos.

Nesse sentido, essa pesquisa foi inspirada nos procedimentos da etnografia sonora, ou seja, “os processos de gravação e edição das sonoridades cotidianas, das paisagens e sociabilidades compartilhadas em campo, bem como os produtos que resultam destes” (VEDANA, 2018, p.119). Os procedimentos adotados permitiram captar, no âmbito sonoro, os cotidianos que estavam sendo produzidos no Calçadão. Ao escutar as ruas, foi possível também compreender dimensões dos modos de venda e ocupação do espaço público que se fazem presentes pelas ondas sonoras. As buzinas, as formas de chamar os clientes, as músicas sobrepostas, as conversas, entre outros, se sobressaem ao observar o fenômeno estudado desta maneira.

Ao abordar as músicas, noto que o seu papel na produção do espaço pode ser embebido de contradições, disputas e moralidades, como observa Cohen (1995). No Calçadão, as músicas estavam presentes em lojas de departamento, barracas de lanches, bancas de jornais e comércios de acessórios para celular. Além deste sentido comercial, também foi observado o uso desta

dimensão em eventos políticos, com a presença da vereadora Verônica Costa, conhecida como Mãe Loira, em um carro de som cor de rosa e estampado com seu nome.

Figura 10 - Evento da vereadora Verônica Costa no Calçadão de Bangü



Legenda: Verônica Costa, com uma camisa branca, discursa em cima de um carro de som rosa com sua imagem estampada

Fonte: O autor, 2022.

Em seu evento, Verônica discursava sobre prevenção da violência doméstica, empreendedorismo e a empregabilidade dos jovens, entre outros temas. Entre seus discursos, membros de sua equipe revezavam em apresentações de canto ou dança com músicas que iam do cantor pop Michael Jackson ao grupo brasileiro Francisco, El Hombre. Esse caso demonstra uma determinada variabilidade musical, associada a um discurso político de uma participante do poder Legislativo. Observo que essa cena não poderia representar toda a heterogeneidade musical do Calçadão, principalmente pelo seu caráter ser menos recorrente que os dos comerciantes.

Ao andar pelo Calçadão, um pedestre se deparava com diversos gêneros musicais. A Barraca das Delícias, mencionada anteriormente, utilizava música gospel entre seus anúncios. Alguns comerciantes preferiam, por outro lado, colocar pagode e samba em suas caixas de som. Havia também aqueles que colocavam, de certa forma, a música mais famosa do momento, passeando por piseiro, samba, pop e funk. Essas maneiras de escutar música e atrair clientes eventualmente ficavam sobrepostas, já que o ponto de venda poderia ser delimitado, mas a

extensão das ondas sonoras nem tanto.

Em um de meus encontros com Raniel, perguntei o motivo dele não usar música na venda de seus óculos. Ele me disse que os outros colocavam as caixas de som para “se mostrar” e demonstrou um desconforto com a imagem sonora dali. Observo também que, diferente de outros comerciantes, Raniel não tentava atrair os pedestres que passavam ali com discursos e perguntas, apenas fazendo contato com um possível cliente quando esse parasse em frente à sua mesa.

Esse procedimento era bem distinto dos vendedores de acessórios de celular que estavam próximos ao ponto de Raniel, na entrada do Bangu Shopping. Os comerciantes, neste caso, geralmente estavam em grupos de três a quatro homens, ficando próximos ao muro do Shopping e, eventualmente, dentro do estacionamento dele. Apesar de não usarem músicas, observava que a dimensão sonora estava em disputa entre eles por meio do discurso, visto que dominar esta dimensão permitiria atrair a clientela que circulava por ali.

Raniel comentou esse acontecimento como uma “disputa pelo espaço”. Noto que o espaço em questão parece estar relacionado mais ao âmbito sonoro e ao reconhecimento da clientela que necessariamente ao ponto de venda enquanto espaço físico. Havia o uso recorrente das seguintes falas: “amiga de vermelho, capa, película, fone?”; “ô amigo, película, capa?” e variações a partir das roupas e cabelos dos pedestres. Também era comum observar os vendedores continuando falando com os pedestres, mesmo após uma primeira recusa, e andando ao lado deles em uma aparente tentativa de convencimento.

As cenas analisadas demonstram a possibilidade de entender o ponto de venda, assim como a atividade comercial, por uma dimensão sonora. A gestão dos sons, por meio de anúncios, músicas e discursos, é mais um dos níveis da produção do cotidiano do comércio de rua. Esse nível, contudo, não pode ser delimitado fisicamente como aqueles que são visíveis ou táteis.

Por isso, é importante notar como a dimensão sonora se entrelaça para além dos limites dos comércios que os utilizam. Os sons possuem uma administração de espaço e conflitos diferente daqueles dos pontos e lojas, que podem ser alugados formal ou informalmente. O som se estende ao longo das ruas e se embaralha com outros ruídos que podem ou não estar intencionalmente disputando a mesma atenção ou objetivo, seja este no aspecto comercial ou do entretenimento, como desdobra na próxima seção.

3.2 Barulho e Diversão

O objetivo desta seção é explorar as percepções sobre a dimensão sonora do Calçadão de Bangu. A análise não se debruça, como feito anteriormente, sobre as estratégias de vendas e formas de atrair clientes a partir dos sons. A proposta é captar como os sons, principalmente as músicas, são percebidos pelos comerciantes locais.

Relembro que “som e espaço estão emaranhados não somente no sentido das ondas energéticas, mas também em um sentido de ser afetado, agradado ou perturbado pelo som” (TROTТА, 2020, p.71)²⁵. O entrelaçamento entre som e espaço é uma noção importante para a compreensão do Calçadão, um ambiente em que ocupar a dimensão sonora pode ser tão significativo quanto garantir o ponto de venda. Nesse sentido, busquei explorar essas diferentes compreensões sonoras a partir de conversas e entrevistas ao longo do processo de pesquisa.

Inês – O som?

M. – É, o que você acha?

Inês – Eu gosto, anima um pouquinho, não é?

M. – Ah é?

Inês – É. [risos] É, eu gosto. De noite que eles botam ali, quando eles estão desmontando tudo, lá para às sete horas assim...

M. – Aham.

Inês – Eles botam ali, aí fico escutando, até me divertindo um pouco, não é? Distraí a mente... (Trecho de entrevista, 2021)

Em entrevista com Inês, próximo ao feriado de natal de 2021, perguntei a ela sua opinião sobre os sons que faziam parte do Calçadão de Bangu. A Pastelaria, ao contrário de outros comerciantes, não possuía músicas, anúncios gravados ou locutores. O comércio parecia atrair clientes apenas pela localização, próxima ao mercado Assaí, e seu toldo com um banner com os preços dos lanches.

Inês disse não se incomodar com as músicas utilizadas pelos outros comerciantes. Esses sons distraíam sua mente e animavam seu dia. Observo que, no ponto da Pastelaria, não havia a mesma concentração de vendedores que em outros trechos do Calçadão. Especulei, na época, se essa percepção se daria pela posição que ocupava naquela rua.

Já próximo da banca de jornal em que entrevistei Francisco, os sons pareciam estar mais em disputa. A Barraca das Delícias tocava música gospel ali próximo, enquanto outros comerciantes tocavam o gênero piseiro. A própria banca, eventualmente, colocava algumas músicas de rock das décadas de 1980 e 1990 em uma caixa de som. Essa junção musical gerou, em uma ocasião, a reclamação de um cliente, que disse: “com isso daí não dá para ouvir nada”. Essa cena pode apontar os motivos de Francisco chamar o Calçadão de “uma barulheira”. Os diversos gêneros e volumes convivendo no mesmo espaço parecem apontar para uma individualidade das práticas musicais, que estariam em referência somente a um vendedor ou comércio específico. Por outro lado, ao colocar uma música em sua caixa de som, o comerciante pode produzir um senso de coletividade e pertencimento em quem circula por determinado espaço (COHEN, 1995).

²⁵ Sound and space are entangled not only in the sense of the vibrational energy of sound wave propagation but also in a subjective sense of being affected, pleased or annoyed by any sound (TROTТА, 2020, p.71)

Perturbar ou agradar com uma música depende de uma perspectiva relacional sobre o espaço. Para aqueles que tentam conversar com outrem, pode parecer que a música está atrapalhando o seu objetivo comunicacional. Já para quem não busca interlocutores pela via sonora, a música pode ocupar diversos sentidos, desde a diversão até a insignificância.

Tudo isso sugere que uma suposição normativa básica sobre a conversa é que, seja o que for, deve ser corretamente interpretável no sentido especial de transmitir aos destinatários pretendidos o que o remetente mais ou menos queria passar. A questão não é que os destinatários devem concordar com o que ouviram, mas apenas concordar com o orador sobre o que ouviram (GOFFMAN, 1981, p.10)²⁶

Para além da conversa, a perturbação a partir da música pode surgir por meio de outras experiências no espaço compartilhado. Os conflitos sonoros em público podem ter suas raízes no lazer (TROTТА, 2020), no comércio, atividades religiosas, entre outras ações individuais e coletivas. É, nesse sentido, que começa a se diferenciar uma possível diferença entre barulho (TROTТА, Idem), a diversão, a distração ou a música enquanto categoria em si. As experiências sonoras em espaços públicos passam por esse compartilhamento das ondas sonoras em locais abertos a todos.

No Calçadão de Bangu, essas diversas perspectivas sonoras também se fazem presentes. Não só pelos diferentes usos das músicas, mas também pelas percepções que variam de acordo como a localidade, o horário, a relação com espaço e, possivelmente, as próprias preferências musicais. Esse ponto relembra a noção de “ancoradouro” (FREIRE-MEDEIROS; LAGES, 2020), na qual se destaca o fixo que permite a mobilidade. Isso significa compreender as ondas sonoras, que se espalham pelo Calçadão, a partir de percepções dos fixos de seus comerciantes.

Os pontos de venda, explorados no capítulo anterior, podem ser compreendidos como os ancoradouros destes comerciantes. Da banca de jornal à pastelaria, passando pela banca de óculos. Nessa formulação da compreensão sonora, é também importante lembrar a capacidade de escuta enquanto atividade secundária (TROTТА, 2020). Os interlocutores aqui apontados, por mais que tenham emitido opiniões sobre as músicas, não tinham os sons como seus objetos centrais de atenção enquanto estavam no espaço público.

Perceber as músicas em campo também relembra o sistema de “aquisição de pistas” (VEDANA, 2018) em espaços públicos. Essas pistas indicam trajetórias, ocupações e manifestações por meio dos sons utilizados. A música gospel pode nos indicar a filiação religiosa do comerciante, assim como o sertanejo pode indicar uma situação conjugal ou faixa etária de quem o escolhe. Para além do perfil dos ouvintes, as músicas indicam os horários e ritmos

²⁶ All of this suggests that a basic normative assumption about talk is that, whatever else, it should be correctly interpretable in the special sense of conveying to the intended recipients what the sender more or less wanted to get across. The issue is not that the recipients should agree with what they have heard, but only agree with the speaker as to what they have heard (GOFFMAN, 1981, p.10)

de trabalhos, buscando atrair clientes, animar o ambiente ou até mesmo se distrair enquanto prepara a retirada de seus produtos.

A música tem um papel único e por vezes escondido na produção social e cultural do espaço e, por meio de sua natureza peculiar, destaca os aspectos dinâmicos e sensoriais desse processo, enfatizando, por exemplo, a criação e performance de lugar por meio de corpos em ação e movimento. (COHEN, 1995, p.445)²⁷

Noto também que a música é utilizada pelos comércios formais. Lojas de departamento, inclusive, colocavam grandes caixas de som em suas portas. Essas caixas, geralmente, tocavam as músicas mais famosas daquela época, enquanto os funcionários ficavam na porta ou no interior das lojas aguardando um possível cliente se aproximar. A produção do barulho ou da diversão é um dos pontos comuns entre os comerciantes formais e informais no Calçadão de Bangu.

As músicas fazem parte de uma “paisagem sonora de múltiplos planos” (VEDANA, 2010) no Calçadão de Bangu. As escolhas de gênero, volume e horário expressam, ao mesmo tempo, experiências coletivas e individuais de vida no espaço urbano. Ao observar essas sonoridades, é possível notar sentimentos, simbolismos e demais características daqueles que perpassam e produzem este ambiente.

Além da “barulheira” de Francisco e a “diversão” de Inês, há também a noção de “chamar atenção” ou “se mostrar”, agenciada por Raniel. Enquanto outros comércios, formais e informais, colocavam caixas de sons de tamanhos diversos e com gênero musicais bem diferentes, Raniel expressava uma preferência pela ausência das músicas. As pessoas que as ouviam, e faziam os outros também ouvirem por consequência, seriam responsáveis por um “barulhão”, sendo chamados de “fanfarrão” por ele. A partir destes relatos, noto que a dimensão musical, para além dos anúncios e locuções, também estava em disputa e poderia adquirir uma heterogeneidade de sentidos.

No centro da Belo Horizonte que encontro durante a pesquisa, a variedade de produtos e imagens visuais do comércio tem a forte concorrência dos sons, deixando não só os olhos, mas também os ouvidos bastante ocupados. Uma caminhada assemelha-se ao zapping em uma rádio: sucessos musicais internacionais sucedem-se ao sertanejo, ao funk e às “emoções” da novela *Passione*, misturados aos gritos de “salão”, “compro ouro”, “dentista” e aos chamados dos locutores. Quem caminha escuta, em meio ao barulho do trânsito e das pessoas que andam e conversam na rua, uma sucessão de apelos comerciais. (GIRÃO, 2011, p.31-32)

Assim como no centro da Belo Horizonte, ao descer a escada rolante da Estação Bangu, o pedestre se torna ouvinte de conversas entre mães, filhos e amigos, áudios enviados pelo

²⁷ Music thus plays a unique and often hidden role in the social and cultural production of place and, through its peculiar nature, it foregrounds the dynamic, sensual aspects of this process emphasizing, for example, the creation and performance of place through human bodies in action and motion. (COHEN, 1995, p.445)

*WhatsApp*²⁸, o “Ahn, para onde você vai? Para onde você vai?” da caixa de som do Azulzinho e as músicas das lojas e pontos de vendas. Para o leitor, que não tem acesso às mesmas sonoridades que o ouvinte possui e o gravador registra, pode soar improvável ou até mesmo confuso que esses elementos estejam presentes no mesmo espaço e tempo. A escuta atenta das ruas, porém, demonstra como a dimensão sonora aponta diversas formas de se habitar e relacionar não somente com o espaço, mas com outros indivíduos e as atividades ali desenvolvidas.

Compreender o espaço por meio das sonoridades não é uma possibilidade apenas no Calçadão de Bangu. O campo de estudos das paisagens sonoras urbanas conta com contribuições como Adriana Girão (2011), no caso de Belo Horizonte, e o Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV), localizado em Porto Alegre, como demonstra Viviane Vedana (2010). Essas pesquisas apontam a importância de “entender que as sonoridades marcam o cotidiano social e evocam sentidos partícipes da representação das cidades e de seus espaços” (GIRÃO, 2011, p.33).

Os movimentos musicais podem indicar “maneiras de fazer” sonoras. Isso significa compreender a formulação de um cotidiano a partir do ato de escutar, escolher ou acompanhar a execução de uma música. Os ritmos da música, nesse sentido, se entrelaçam com os ritmos do espaço e do trabalho, delineando as ações dos agentes de determinado meio.

As músicas também podem indicar diferentes momentos do ano ou do dia. Conforme a popularidade de músicas e artistas aumentam e decaem, pode-se observar mais ou menos sua presença nas ruas. Da mesma forma, aqueles relacionados a certas datas comemorativas, como Festa Junina e Natal, podem estar mais presentes nas caixas de som em determinadas épocas. Noto, por fim, a capacidade da sonoridade, incluindo as musicalidades, de demarcar os cotidianos e delinear os imaginários de localidades e identidades coletivas.

3.3 Bagunça e Trabalho

M. – Ah, entendi. E o que você acha do Calçadão aqui?

Francisco – Cara, o que eu acho... eu acho um pouco bagunçado cara, mas é bagunçado por causa dos feirantes, das barraquinhas, mas também sem eles não tem movimento.

M. – Aham.

Francisco – Entendeu? Também acho que é um calor descomunal, uma barulheira, sempre tem briga, morador de rua...

M. – Aham.

Francisco - Entendeu? Sempre... desorganizado, bicho, mas fazer o que? É o Calçadão, não é? (Trecho de entrevista, 2021)

²⁸ Aplicativo de mensagens popularmente utilizado no Brasil no contexto da pesquisa

Na entrevista acima, concedida em dezembro de 2021, Francisco declarou uma importância com o Calçadão de Bangu. O clima, os sons, a desigualdade e a organização do espaço eram vistos negativamente por ele. A partir da banca de jornal, as ruas ao seu alcance não pareciam interessar muito a ele. Em nossa conversa, declarou que dificilmente comprava algo naquele local, estava somente à trabalho.

Além disso, a fala de Francisco indica a dualidade na percepção sobre os comerciantes de rua. Aquilo que gerava “movimento”, ao mesmo tempo, produzia uma noção de espaço “bagunçado”. A partir do trecho acima, poderia supor que a desorganização é um aspecto inerente ao que se conhece como Calçadão. Por outro lado, é importante apontar a produção deste espaço atrelada a um processo mais amplo de ampliação do trabalho informal.

Proponho, então, observar o caso do Calçadão de Bangu por meio dos atravessamentos de processos que operam ao longo do tempo e espaço (TELLES; HIRATA, 2007). Isso significa compreender que, ao se inserir num processo de mudança de caráter do bairro, o Calçadão também denota uma mudança econômica mais ampla, com a passagem do industrial para o setor de serviços e comércios. Dentro deste processo, é possível observar modificações nas perspectivas de trabalho e habitação, principalmente no caso banguense, que possuía vila operária na Avenida Cônego Vasconcelos e, na Rua Fonseca, a sede da Companhia Progresso Industrial do Brasil (CPIB), conhecida como Fábrica Bangu.

A venda ambulante, uma vez que aproveita o espaço público - e este é de fato onde está a maior parte da luta - minimiza custos indiretos de aluguel e serviços, portanto, é ideal para o crescimento informal, na medida em que pode resistir a tentativas hostis de regulá-lo em excesso ou eliminá-lo, seja por meio de evasão, negociação ou conflito. Embora esse ressurgimento crie problemas para os planejadores urbanos e autoridades municipais, deve-se ter em mente que boa parte do problema não está no fenômeno que ocorre em suas ruas, mas em suas noções preconcebidas do uso “apropriado” de espaço. As barracas de rua atrapalham o trânsito justamente porque o planejamento urbano as deixaram sem nenhum outro lugar viável para ir. (CROSS, 2000, p.43)²⁹

Partindo da ideia de aproveitamento do espaço público, como demonstra Cross (2000), noto que a venda ambulante já estava presente³⁰ nas áreas centrais de Bangu previamente ao Calçadão, mas a criação deste espaço possibilitou a ampliação da atividade. Nesse cenário, as ruas fechadas para o tráfego de veículos aumentaram as possibilidades de ocupação desta área, antes restrita à calçada e às vagas destinadas a carros ao longo das vias públicas. Ainda que

²⁹ Street vending, since it takes advantage of public space—and this is in fact where most of the struggle lies—minimizes overhead costs of rent and utilities, and is thus ideally suited for informal growth, to the extent that it can withstand hostile attempts to over-regulate or eliminate it, either through evasion, negotiation, or conflict. While this re-emergence creates problems for urban planners and city officials, it should be kept in mind that a good part of the problem lies not in the phenomenon occurring in their streets, but in their preconceived notions of the “appropriate” use of public space. Street stalls get in the way of traffic precisely because city planners have left them with no other viable place to go (CROSS, 2000, p.43)

³⁰ Ver edição de 18 de abril de 1991 do Jornal do Brasil

o objetivo da gestão pública da época não fosse facilitar o trabalho informal, o Calçadão se insere enquanto uma forma de acesso ao mercado informal para aqueles que buscam formas de “ganhar a vida”.

Relembro que, apesar do tráfego de veículos ser restrito na área, é comum observar taxistas, motoristas de aplicativo e mototaxistas transitando pelas ruas do Calçadão de Bangu. Destaco, principalmente, as passagens perto dos supermercados Guanabara, na Avenida Ministro Ary Franco, e Assaí, na Avenida Cônego Vasconcelos. Esses trabalhadores, por mais que possam estar regularizados, transitam informalmente por um espaço delimitado a pedestres, demonstrando as turvas fronteiras que separam esses mundos.

Na Figura 11, é possível observar um carro circulando entre pedestres na Avenida Ministro Ary Franco a partir de um ângulo do supermercado Guanabara, com a Estação Bangu à esquerda e uma agência do banco Itaú do outro lado do campo de visão. Esta cena pode apontar uma “constelação de processos e práticas” (TELLES; HIRATA, 2007) que perpassam o Calçadão e as atividades formais e informais. Isso significa compreender conexões, transições e rupturas entre ações e agentes que atuam nos diferentes mercados e serviços. O motorista da imagem, por exemplo, pode ter todas licenças para exercer a condução do veículo e o transporte de passageiros, atuando dentro de uma possível formalidade/legalidade. Por outro lado, esse mesmo motorista pode aceitar passageiros fora de seu aplicativo de transporte e transitar sem cumprir todas determinações dos códigos legais das ruas, passando a também atuar dentro de um espectro da informalidade/ilegalidade.

Figura 11 - Avenida Ministro Ary Franco em um fim de tarde nublado



Legenda: Carro e pedestres circulando pela Avenida Ministro Ary Franco

Fonte: O autor, 2022.

A bagunça e o trabalho, portanto, não são categorias ou atividades que devem ser vistas em oposição. A transição entre esses níveis é maleável e parte de um cotidiano urbano. Essa produção da rotina, fora da norma anteriormente planejada, demonstra a capacidade coletiva e individual de contornar e inverter os planos urbanos que nem sempre dialogam com os espaços que tentam regular.

Aposto que “precisamos prestar atenção às práticas de regulamentação efetivamente praticadas como forma de desconstruir o operador que define legalidades e ilegalidades” (RABOSSI, 2011, p.195). Assim, as legislações que operam sobre o comércio, trânsito e espaço público devem ser tomadas não somente pelo sentido de suas palavras, mas também daquilo que é praticado por agentes públicos e populações. As definições de ilegalidade e informalidade podem ser tomadas de maneiras relacionais e sem caráter valorativo, buscando compreender os agenciamentos cotidianos das ruas.

A comparação desses dois cenários aponta para a flexibilidade dos processos que levam certas práticas à margem da lei. A manutenção do ponto de venda, para além do pagamento de

um possível aluguel, também pode ser atrelado aos acordos e negociações com aqueles que fiscalizam os espaços públicos e as atividades comerciais. Por isso, dentro de uma mesma cidade e época, práticas similares podem ser reprimidas ou permitidas independente dos decretos e leis vigentes.

M. – Sim, sim, sim, entendi. E você vê muito aqui a guarda ou a PM e tal?

Inês – Eu vejo. Toda hora eles estão passando aqui.

M. – Ah é?

Inês – Toda hora. Eles implicam muito com a gente montando a Kombi aqui, não é? Mas...

M. – Ah sim.

Inês – Aí é o certo também, não é? Pois é o local dos outros passarem, já está cheio de barraca, cheio de coisas. Mas eles passam aqui toda hora.

M.. – Sim, e eles multam e tal ou não?

Inês – Se eles multam?

M. – É... se eles multam.

Inês – Multam? Aqui não.

M. – Aqui não?

Inês – Eles multam só os carros que param aí do lado, mas a gente não.

[...]

Inês – Olha, eu nunca vi. Eu já vi eles multando a Kombi dos garotos ali das frutas e do ovo. (Trecho de entrevista, 2021)

O relato de Inês aponta que, nessas condições, há aqueles comerciantes que ainda são autuados pelos agentes públicos. A continuidade do fluxo de trabalho não depende somente de uma autorização municipal, legislações ou pagamentos a quem controla o ponto. A prática cotidiana do comércio de rua é envolta de negociações e conflitos justamente pela produção deste contexto pelos atores públicos que regulam o espaço público. Esse cenário demonstra que “a precariedade rege a autorização que o município concede ao ambulante e ao camelô” (PIRES, 2010, p.325-326).

O comércio de rua demonstra como a agência estatal tenta produzir determinados cotidianos e espécies de espaço público. Por meio de diversas articulações legais e rotineiras, é composto um cenário em que o camelô encontra-se, repetidamente, em possíveis situações adversas. Não é possível apontar para uma rede de proteção para os praticantes dessa atividade, como demonstra Pires (2010). Por isso, compreendo a formulação do “cotidiano como práticas que refletem as relações de poder existentes” (LEITE, 2010, p.750).

É possível apontar que há uma “criação de mecanismos que resultam em um processo de limitação do dinamismo das atividades econômicas exercidas pelos ambulantes” (SILVA, 2014, p.40). Por mais que as legislações sobre comércio ambulante e as ordenações sobre espaço público provoquem limitações, a prática cotidiana do camelô demonstra a transposição das possibilidades comerciais para além do previsto legalmente. A relação de poder, que parece favorecer comércios em espaços privados, não necessariamente estabelece o fim definitivo das

atividades informais. Uma observação da atuação rotineira do comércio de rua indica a capacidade de ação coletiva e individual destes atores, que se adaptam e escapam das regulações de diferentes gestões e épocas.

No Calçadão de Bangu, observei a “construção de sentidos em meio às trocas materiais e simbólicas” (PIRES, 2010, p.49-50). Aponto, então, as formas cotidianas de se vender, consumir, circular e se fixar ao longo das ruas. Em meio a essas atividades, inseridas ou não em rotinas individuais, se formulam diversos sentidos sobre espaço público, trabalho e consumo, dentre outras dimensões da vida social. Observar estes aspectos é atentar para a formulação do cotidiano em seus diversos níveis e formas.

Esta seção, neste sentido, contribui para a compreensão das diferentes perspectivas sobre as ações do comércio de rua. Para além de uma gestão comercial ou ordenação de espaços, os sentidos da bagunça e trabalho perpassam pela administração de expectativas individuais e coletivas nos âmbitos públicos e privados. Se fazer presente na rua pode ser, para alguns, um instrumento de sustento e gestão de perspectivas de futuro. Para outros, a presença na rua denota uma suposta incapacidade estatal de gerir o espaço ou oferecer oportunidades aos cidadãos. Essa polivalência das atividades dos camelôs é representativa das heterogeneidades que circulam e compõem o espaço urbano contemporâneo.

CONCLUSÃO

Com objetos, referências teóricas e abordagens diferentes, as nossas pesquisas evidenciaram o papel proeminente de duas categorias no modo como os moradores da Zona Oeste percebem seu lugar no espaço e no tempo da cidade: a tranquilidade e o progresso. (ARAUJO; CORTADO, 2020, p.9)

A partir dos caminhos desta dissertação, é possível destrinchar os diversos aspectos do Calçadão de Bangu. Em primeiro plano, a Zona Oeste e o binômio “tranquilidade e progresso” na construção de seu imaginário. Do chamado “Sertão Carioca” à sede da Companhia Progresso Industrial do Brasil (CPIB), a região passou por transformações sucessivas em meio às mudanças políticas e econômicas do que era capital do Brasil, o Estado da Guanabara e, a partir de 1975, sede do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Envoltos nesses contextos, a Zona Oeste passou de sinônimo de ruralidade para bairros com presença de indústrias, loteamentos proletários e, posteriormente, milícias.

Nesse sentido, relembro que a “tranquilidade” não é apenas sobre segurança pública e poder de grupos armados na região, gerando o cenário “tranquilo” desdobrado em estudos contemporâneos. Esse aspecto pode também se referir a um passado idílico da região, pensando cenas anteriores aos processos de urbanização. O “progresso”, por sua vez, pode ser retomado para tratar pelo domínio da vida urbana sobre a ruralidade, com o aumento populacional, mudança das relações com seu entorno e outros fatores que se modificam ao longo do tempo. Esse movimento ao “progresso” também assume diversos caracteres, já que o que antes se via pela implantação de ferrovias e indústrias, agora aparece pelo setor comercial (SOUSA, 2019) e condomínios vistos na Barra da Tijuca (ARAUJO; CORTADO, 2020), por exemplo.

O Calçadão de Bangu, portanto, demonstra essa nova fase do “progresso”. O seu projeto, assim como sua implantação, se insere em um signo de ordem urbana pautado pelo controle dos acontecimentos dos espaços públicos. O seu elemento que avança o caráter do bairro é justamente trazer ao bairro aquilo que, nas palavras do Jornal do Brasil, Copacabana e Centro já tinham: uma rua apenas para pedestres, ou seja, um “calçadão”. Essa reforma poderia inserir Bangu dentro da lista de bairros que permite ao morador ou frequentador fazer compras, caminhar, participar de eventos, entre outras atividades, sem a importunação de carros, ônibus e com o controle dos camelôs, possuindo a prioridade de circulação dentro daquele espaço.

As observações do Calçadão permitem notar diferentes aspectos desse modelo de espaço urbano, passadas três décadas de sua implantação. As ruas reformadas se tornaram mais que um espaço de passagem ou consumo, assumindo características de “âncora”. A partir desses espaços, trajetórias de vida, fluxos de ideias e formas de se relacionar com o meio urbano se organizam. Sons, trabalhos, moralidades, dinheiro, entre outros aspectos, se desdobram ao longo de suas calçadas e coberturas.

Esse percurso começa pela compreensão da Estação Bangu. Para além de mais uma parada no Ramal Santa Cruz da SuperVia, a Estação exerce um importante papel para a região

desde o século XIX, servindo para escoar a produção local e trazer os insumos necessários, conectando Bangu ao Centro do Rio de Janeiro. Já hoje, essa linha férrea é exclusiva para o transporte de passageiros, que podem ir até os pontos finais nas estações Santa Cruz e Central do Brasil ou se integrarem aos ramais Belford Roxo, Japeri, Paracambi, Guapimirim, Vila Inhomirim e Saracuruna. A Estação Bangu não apenas conecta o território com essas localidades, mas também divide o bairro homônimo por meio de seus trilhos e muros, assim como determina a mobilidade dos “dois lados” com suas escadas rolantes, elevadores e escadas convencionais, além do passagem subterrânea (“Buraco do Faim”). Também observei a continuidade das práticas dos comércios formais e informais na plataforma da Estação, que conta com lanchonete, loja de utensílios domésticos, vendedores de acessórios de celular e camelôs com roupas, entre outras ofertas de produtos.

Noto como os fluxos individuais ao redor do Calçadão se desdobram de diversas formas. Primeiramente, a partir do caminho da pesquisa, integrado às linhas da SuperVia e os trinta e cinco quilômetros percorridos de trem em cerca de cinquenta minutos. Posteriormente, as trajetórias e hábitos relatados pelos interlocutores, comerciantes locais, que demonstravam uma variabilidade na sua locomoção, passando por caronas em Kombi, motocicleta pessoal e MotoTáxi. Além deste aspecto, as rotinas se construía entre residências, depósitos de produtos e materiais e as ruas de Bangu. Montar, vender, desmontar e transportar eram os verbos que regiam essa dinâmica diária.

Em meio a essas dinâmicas, destaco a presença do ponto de venda no processo da pesquisa. Barracas, lonas, carrinhos, caixas de madeira e guarda-sóis compõem as diferentes formas de construir, armazenar e dispor o espaço para cada tipo de produtos. Podem ser frutas, legumes, acessórios para celular, roupas e relógios, aquilo que está à venda varia ao longo das ruas e das horas dos dias. A escolha da localidade, assim como a possibilidade de alugá-lo de um terceiro, é também parte do processo de constituição do comércio local. Os pontos de maior “movimento”, como próximo ao Bangu Shopping, são também aqueles mais disputados e que permite, eventualmente, cobrar mais de seus clientes. O ponto de venda, além de fixar o comerciante, ancora suas práticas e permite estabelecer como esse se portará para atrair clientes e vender produtos, passando pelos preços, contratação de terceiros para vender, horários e sons.

Para além da localidade e essa dimensão espacial, os comerciantes também ocupam as percepções sonoras daqueles circulam pelo Calçadão de Bangu. Ao escutarmos os acontecimentos das vias públicas, podemos compreender as “ambiências sonoras”, junto das “imagens sonoras”. As chamadas estratégias de venda sonoras delineiam esses elementos, permitindo a escuta de locuções, anúncios gravados, músicas e discursos dos comerciantes. A continuidade e ruptura desses sons indica temporalidades, espacialidades e rotinas próprias ao espaço público envolto pelo comércio. No caso banguense, destaco a maior presença sonora do discursos durante o dia, assim como das locuções, enquanto as músicas podem ser escutadas em diversos trechos tanto sob a luz solar ou a presença da Lua.

Em diálogo com interlocutores, esses apresentaram diversas percepções sobre a mani-

pulação dos sons. A música parecia “diversão” de um lado, mas era “barulheira” para outro. Usar a caixa de som para atrair clientes nem sempre era bem visto, com aquele o faz podendo ser chamado de “fanfarrão”. As sonoridades não estão sob o controle daqueles que trabalham e circulam nas ruas, assim como a percepção externa daqueles que escutam aquilo que não escolhem. Ao mesmo tempo em que a sonoridade apresenta suas diferenças, desde do gênero musical à estratégia de venda, as narrativas sobre o que se deve ou não tocar, escutar e acompanhar têm suas heterogeneidades.

Destaco como o próprio trabalho do comércio de rua é tratado sob diferentes signos e valores. No planejamento do Calçadão de Bangu, relatos apontam para um incômodo de setores públicos e privados com a presença de camelôs nas ruas do centro de Bangu. Com a reforma, prometia-se criar um espaço reservado para os ambulantes cadastrados. Um ano após a inauguração do Calçadão, a Câmara Municipal aprovou uma lei que restringia quais cidadãos poderiam ser camelôs, como “deficientes” e “carentes”, e também seus materiais de trabalho, determinando os tamanhos de barracas e tableiros, por exemplo. Decretos municipais de 1995 e 1996 determinavam a retirada dos comerciantes de rua da Cônego Vasconcelos, utilizando a justificativa de um suposto impedimento do direito de ir e vir.

A observação dos jornais da época, assim como o trabalho de campo recente, permite averiguar que os camelôs continuaram a se fazer figuras presentes em Bangu ao longo das décadas. Noto com meus interlocutores tratam o Calçadão como seu ambiente de trabalho, um modo de “ganhar a vida”, constituindo uma rotina de montar e demonstrar seus materiais e produtos nas calçadas, assim como de se relacionar com outros comerciantes e eventuais pedestres. Fazer pagamentos periódicos para agentes da Guarda Municipal também apareceu como uma característica de destaque, garantindo a manutenção das práticas de comércio ao longo do Calçadão. Ao mesmo tempo que o comércio de rua pode ser visto como “bagunça” ou “desorganização”, também se afirmou que são esses indivíduos que garantem uma movimentação constante pelas ruas. Sem essa presença, o trânsito local se restringiria aos ambientes das lojas de departamento, galerias e o Bangu Shopping.

Figura 12 - Busto do atleta Domingos da Guia e uma moto na Avenida Cônego Vasconcelos



Legenda: Busto do atleta Domingos da Guia com copos plásticos ao seu lado e uma moto estacionada na Avenida Cônego Vasconcelos

Fonte: O autor, 2022.

Passando pelos pontos principais dos capítulos passados, guardo a última imagem deste trabalho para a conclusão. Domingos da Guia (1912-2000) foi um futebolista brasileiro do início do século XX, passando por clubes de grande popularidade do Brasil e América do Sul, como Bangu, Corinthians, Flamengo, Vasco da Gama, Nacional (Uruguai) e Boca Juniors (Argentina). O zagueiro também defendeu a Seleção Brasileira e é um ídolo para o clube da Zona Oeste carioca, sendo homenageado postumamente com o busto retratado na fotografia em 2004. Essa homenagem se localiza na Avenida Cônego Vasconcelos, perto da Rua Professor Clemente Ferreira, e logo atrás de um quiosque de lanches. Na imagem, vemos o busto de Domingos com uma moto estacionada ao seu lado, enquanto copos plásticos estão próximos ao seu rosto.

A cena traz diversos elementos que podem passar despercebidos a um primeiro olhar. O busto de um atleta do esporte mais praticado no país e do clube homônimo ao bairro está localizado numa movimentada avenida, exclusiva para pedestres. Ao seu lado, contudo, uma motocicleta está estacionada, sendo comum observar esse tipo de trânsito, além de eventuais

carros, por essas ruas. O copo plástico pode ser resquício de um momento da lazer ou, simplesmente, de alimentação de quem estava por ali. Perto de Domingos, a venda de frutas, assim como um varal com roupas à mostra, com o comerciante sentado em uma cadeira de plástico amarela. A luz solar não chega ao rosto imortalizado do atleta, já que está sob a cobertura do Calçadão e, logo atrás, há uma árvore. A sua imagem não está inalterada, já que sofreu uma intervenção artística cuja grafia não consigo decifrar.

O que se retira de toda essa cena e seus elementos? O cotidiano do Calçadão de Bangu. O comércio que está à frente do busto, assim como ao lado, e atrás, inclusive com os copos restantes do consumo. Os trânsitos, com os pedestres passando sob a cobertura e uma moto estacionada, indicando uma ida ou vinda recente. Também é possível identificar diferentes pontos de venda ao seu redor, sem saber se esses são alugados ou não. É perceptível a organização do espaço que não trata o busto como irretocável, mas como mais um de seus elementos na constituição das rotinas que perpassam essas ruas.

A pesquisa delinea o “ganhar a vida”, as “maneiras de fazer” e as “trajetórias” circulando por “manchas”. Por meio das sonoridades e gestão de espaços, constitui-se o cotidiano das ruas. As diferentes formas de transitar, ocupar, vender, consumir e perceber os arredores fazem parte desses ciclos temporais que perpassam o espaço urbano.

Ao retratar o Calçadão de Bangu e a constituição de seu cotidiano, a pesquisa observou diversos elementos e formas de construir a rotina de um espaço público. Por meio dos espaços, analisei a formulação de um ideal de ordem pública, a construção e reforma de bairros associados a setores industriais e comerciais e a gestão de cotidianos em meio aos projetos urbanos. Também nesta dimensão foi possível compreender a organização dos espaços dos camelôs, passando por regras formais e informais conhecidas no meio comercial. Ao escutar os sons, notei a expansividade da dimensão sonora ao longo das ruas, sendo um elemento explorado por muitos, mas que não pode ser controlado por ninguém pela natureza das ondas sonoras. Esses procedimentos permitiram averiguar a maleabilidade da “bagunça”, do “barulho”, da “diversão” e do “trabalho” no meio urbano. Essas “inversões do cotidiano” são a produção da rotina dentro das infraestruturas, sobrepondo os usos que ocorrem de fato diante dos planejamentos de outrora.

REFERÊNCIAS

- APPEL, H.; ANAND, N.; GUPTA, A. Introduction: Temporality, politics, and the promise of infrastructure. In: *The promise of infrastructure*. Durham: Duke University Press, 2018. p. 1–38.
- ARAÚJO, M.; CORTADO, T. J. A zona oeste do rio de janeiro, fronteira dos estudos urbanos? *Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, 2020.
- ARAÚJO, F.; DAVIES, F. A. Por invenções da zona oeste carioca. In: *Rio à Oeste: Modos de fazer e habitar a cidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2022. p. 7–11.
- BISSELL, D. Habits. In: *The Routledge handbook of mobilities*. London: Routledge, 2014. p. 483–492.
- BRITO, J. F. P. *Terras Quentes Reinventadas: a criação do bairro Gericinó como parte de transformações urbanas do bairro Bangu*. Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.
- BRITO, J. F. P. Terras quentes revisitadas: a renovação urbana de bangu e as criações dos novos bairros gericinó e vila kennedy. In: *Rio à Oeste: Modos de fazer e habitar a cidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2022. p. 279–304.
- CAMPOS, M. V. L. *SOBRE O CORRE DA ARTE: Uma etnografia dos futuros vividos e do ganhar a vida na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro,, 2022.
- CERTEAU, M. d. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- COHEN, S. Sounding out the city: music and the sensuous production of place. *Transactions of the Institute of British Geographers*, JSTOR, p. 434–446, 1995.
- CROSS, J. Co-optation, competition, and resistance: State and street vendors in mexico city. *Latin American Perspectives*, Sage Publications Sage CA: Thousand Oaks, CA, v. 25, n. 2, p. 41–61, 1998.
- CROSS, J. Street vendors, and postmodernity: conflict and compromise in the global economy. *International journal of sociology and social policy*, MCB UP Ltd, 2000.
- FERNANDEZ, A. C. F. et al. Textos e contextos da produção da paisagem do sertão carioca. In: *Rio à Oeste: Modos de fazer e habitar a cidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2022. p. 225–254.
- FREHSE, F. Os informantes que jornais e fotografias revelam: para uma etnografia da civilidade nas ruas do passado. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 36, p. 131–156, 2005.
- FREIRE-MEDEIROS, B.; LAGES, M. P. A virada das mobilidades: fluxos, fixos e frições. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, n. 123, p. 121–142, 2020.

- GIRÃO, A. F. *Para animar os ânimos: interações, sentidos e percepções do centro de uma grande cidade a partir de suas sonoridades comerciais*. Belo Horizonte: Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2011.
- GOFFMAN, E. *Forms of Talk*. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1981.
- GOMES, S. A cultura como alternativa: Uma aproximação a partir de sociabilidades militantes na zona oeste do rio de janeiro. *Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, 2020.
- GOMES, S. A sociabilidade militante na zona oeste do rio de janeiro. In: *Rio à Oeste: Modos de fazer e habitar a cidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2022. p. 187–202.
- GOODY, J. *Myth, ritual and the oral*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- LARKIN, B. Políticas e poéticas da infraestrutura. *Revista Antropológicas*, v. 31, n. 2, 2020.
- LEITE, R. P. A inversão do cotidiano: práticas sociais e rupturas na vida urbana contemporânea. *Dados*, v. 53, p. 737–756, 2010.
- MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista brasileira de ciências sociais*, SciELO Brasil, v. 17, p. 11–29, 2002.
- MANO, A. D. A ‘vida social’ da estátua de michael jackson na favela santa marta, rio de janeiro: uma perspectiva móvel sobre ‘regimes de valor’. *Etnográfica*, Lisboa, No prelo.
- NETO, B. R.; SILVA, P. B. B. d. *Fazenda Bangu: A joia do Sertão carioca*. Rio de Janeiro: Grémio Literário José Mauro de Vasconcelos, 2020.
- O’DONNELL, J. *A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- OJANI, C. Infrastructures, anthropology of. *The International Encyclopedia of Anthropology*, Wiley Online Library, p. 1–8, 2018.
- OLIVEIRA, M. P. Quando a fábrica cria o bairro: estratégias do capital industrial e produção do espaço metropolitano no rio de janeiro. *Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociale*, 2006.
- OLIVEIRA, M. P. A trajetória de um subúrbio industrial chamado bangu. In: *150 anos de subúrbio carioca*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019. p. 95–137.
- O’DONNELL, J.; ARAUJO, M.; CORTADO, T. Apresentação ao dossiê tempo, espaço e sociabilidades na zona oeste carioca. *Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 13, n. 1, 2020.
- PIRES, L. *Arreglar não é pedir arrego: Uma etnografia de processos de administração institucional de conflitos no âmbito da venda ambulante em Buenos Aires e Rio de Janeiro*. Niterói: Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal Fluminense, 2010.
- RABOSSI, F. Negociações, associações e monopólios: a política da rua em ciudad del este (paraguai). *Etnográficas. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, v. 15, n. 1, p. 83–107, 2011.

- SHELLER, M. Sociology after the mobilities turn. In: *The Routledge handbook of mobilities*. London: Routledge, 2014. p. 45–54.
- SILVA, G. B. d. *Entre precariedades e os “direitos” que delas advém: uma etnografia do Mercado Popular da Uruguaiana*. Niterói: Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional, Faculdade de Direito, 2014.
- SIMONE, A. People as infrastructure: Intersecting fragments in johannesburg. *Public culture*, Duke University Press, v. 16, n. 3, p. 407–429, 2004.
- SOUSA, G. M. C. d. Bangu: do bairro operário à centralidade comercial, uma análise sobre conflitos e cooperações entre agentes produtores do espaço urbano do bairro. *XIII Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação em Geografia*, São Paulo, 2019.
- STAR, S. L. A etnografia da infraestrutura. *Revista Antropológicas*, v. 31, n. 2, 2020.
- STRATHERN, M. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Editora UBU, 2017.
- TELLES, V. d. S.; HIRATA, D. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Estudos Avançados*, v. 21, p. 173–191, 2007.
- TROTTA, F. *Annoying music in everyday life*. London: Bloomsbury Publishing USA, 2020.
- VALLADARES, L. Os dez mandamentos da observação participante. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 22, p. 153–155, 2007.
- VEDANA, V. Territórios sonoros e ambiências: etnografia sonora e antropologia urbana. *ILUMINURAS*, v. 11, n. 25, 2010.
- VEDANA, V. Escutar no som: gravação e edição de etnografias sonoras a partir de um paradigma ecológico. *Ilha: Revista de Antropologia*, v. 20, n. 1, p. 117–144, 2018.
- VELHO, G. *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- WHYTE, W. F. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005.

ANEXO A – Idas ao Calçadão de Bangu

25 de setembro de 2021 (Sábado)
25 de outubro de 2021 (Segunda-feira)
11 de novembro de 2021 (Segunda-feira)
02 de dezembro de 2021 (Quinta-feira)
10 de dezembro de 2021 (Sexta-feira)
17 de dezembro de 2021 (Sexta-feira)
14 de janeiro de 2022 (Sexta-feira)
05 de abril de 2022 (Terça-feira)
19 de abril de 2022 (Terça-feira)
17 de maio de 2022 (Terça-feira)
18 de maio de 2022 (Quarta-feira)
14 de junho de 2022 (Terça-feira)
17 de junho de 2022 (Sexta-feira)
29 de junho de 2022 (Terça-feira)
05 de julho de 2022 (Terça-feira)
11 de julho de 2022 (Segunda-feira)
12 de julho de 2022 (Terça-feira)
14 de julho de 2022 (Quinta-feira)
18 de julho de 2022 (Segunda-feira)
19 de julho de 2022 (Terça-feira)

ANEXO B – Transcrição de áudios e entrevistas**Entrevistado:** Francisco**Entrevistadores:** Marcelo**Local:** Calçadão de Bangu, Banca de Jornal**Data:** 02/12/2021

M – Então, antes eu quero saber um pouco mais sobre você. Qual é o seu nome, a sua idade e tal.

Francisco - Então, meu nome é Francisco, sou jornalista há três, quatro anos...

M. – Sim...

F. - Vinte e oito anos de idade e trabalho no Calçadão desde sempre.

M.. – Aham... E desde a sua infância ou não?

F. – Não, não, na minha infância eu só consumia.

M. – Ah sim...

F. – Eu comecei a trabalhar depois, entendeu?

M. - Aham. Ah tá, ah sim, é... Então como foi esse começo de... de trabalho aqui?

F. – Na pandemia?

M. – Não, como que você começou a trabalhar aqui?

F. – Cara, eu comecei a trabalhar aqui porque eu fui de intrusão [risos]. Fui aprendendo, olhando e, depois, com o tempo, meu chefe me contratou.

M.. – Aham.

F. – Eu já sabia o ofício, entendeu?

M..- Aham.

F. – Eu já sabia arrumar, eu já sabia conferir, eu já fazia... já sabia fazer enca-lhe...

M. – Sim.

F. – Já sabia fazer vendas, entendeu?

M. - Sim. E você trabalha de segunda à sexta?

F. – Sábado.

M.- Sábado?

F. – Segunda à sábado. Eu pego aqui agora de dez às sete e dom... sábado eu pego de oito às quatro

M. – Aham, sim.

F. – Todo... toda semana.

M. – Sim, sim. E esse é o seu único trabalho ou você tem também outro?

F. – Não, meu único trabalho. Chego e vou embora, direto para a casa. Não faço mais nada não.

M. – E você mora perto daqui?

F. – Moro, moro. Moro em Padre Miguel mesmo.

M.- Aham...

F. – É rapidinho, pego moto e venho para cá.

M. – Ah, entendi. E o que você acha do Calçadão aqui?

F. – Cara, o que eu acho... eu acho um pouco bagunçado cara, mas é bagunçado por causa dos feirantes, das barraquinhas, mas também sem eles não tem movimento.

M. – Aham.

F. – Entendeu? Também acho que é um calor descomunal, uma barulheira, sempre tem briga, morador de rua...

M. – Aham.

F. - Entendeu? Sempre... desorganizado, bicho, mas fazer o que? É o Calçadão, não é?

M.. – É...

F. - Não tem jeito.

M. – Aham. E isso foi sempre ou é algo, assim, mais recente essa bagunça?

F. – Essa bagunça?

M. – É.

F. – Não, sempre foi assim.

M. – Aham

F. – Sempre foi assim... Eles tentaram organizar aí algo na época do Crivella aí, fazendo o negócio do Camelô Legal.

M. – Aham.

F. - Só que tipo assim, muita pouca gente usa o ponto.

M. – Sim...

F. – A maioria que fica aí nos pontos não é legalizado

M. – Sim, sim.

F. - E os legalizados não vem trabalhar, entendeu?

M. – [risos]

F. - Então fica essa... falta de organização.

M. – Sim, sim, sim.

F. – Todo aquele período que ele estava em mandato, não é? Ele tentou organizar aqui e outros lugares.

M. – Sim, sim, sim. E... [interrupção]

[Nesse momento, um cliente se aproxima e fala com Francisco]

P. – E aí, tem alguma coisa para mim aí? Jonathan não deixou nada contigo não?

F. – Não...

P. – Jonathan é maluco.

F. – Dá um apoio lá.

P. – [ininteligível]... E aí, está treinando ainda?

F. – Depois eu te falo.

P. – Não quero nem saber, não quero nem saber. Só de te ver desse jeito aí...

F. – Não, é porque ele está me fazendo uma entrevista aqui, aí depois falo contigo.

[O cliente se afasta]

M. – É, eu não sei, eu até esqueci. É... é você também consome?

F. – No calçadão, aqui?

M. – Sim, aqui.

F. – Cara, de vez enquanto uma fruta ou um legume, mas eu não sou muito de comprar no Calçadão não, entendeu?

M. – Aham.

F. – Eu só compro mesmo HQs, gibis, até mesmo coisas que eu trabalho.

M. – Sim.

F. – Entendeu? Eu consumo também o que eu vendo, entendeu?

M. – Sim.

F. – Então no máximo só frutas e legumes, cara.

M. – Sim. F. – Fora isso não tem nada que eu consuma no Calçadão não.

M. – Sim, sim.

F. – E umas coisas das lojas, muito difícil.

M. – Sim. E os frequentadores são seus amigos já? Assim, tem tipo essa coisa mais próxima e tal?

F. – Hum?

M. – Se os outros vendedores e frequentadores já são seus amigos?

F. – Se os clientes são meus amigos?

M. – É, sim.

F. – É, tem. Nós temos clientes que são amigos, sempre estão aqui. Nós temos grupo da banca, eles pedem para a gente fazer reserva de mercadoria.

M. – Ah é?

F. – Tem. Os quadrinhos, os colecionadores... A gente sempre separa as coisas deles, entendeu?

M. – Sim, sim.

F. – Aí acabam se tornando amigos, porque vira e mexe fora do expediente eles me mandam recados...

M. – Sim.

F. – Conversando, falando de filmes e séries...

M. – Aham.

F. – Então acabam se tornando amigos os clientes.

M. – Sim, sim. É... E você vê muito aqui a guarda, a PM e tal, ou eles não aparecem tanto?

F. – Se eles vêm aqui? Os guardas, os PMs, no Calçadão?

M. – É, sim, aqui.

F. – Cara, agora com essa questão do Bangu Presente eles estão para lá e para cá. É, a pouco tempo também o tal do Governador estava em nota que eles têm que agora ficar de seis às dez...

M. – Sim.

F. – Mas vira e mexe eles estão aí, para lá e para cá. Dá briga eles aparam, se tiver alguma coisa eles levam...

M. – Sim.

F. – Os guardas municipais de vez em quando aparecem aí do nada, tira os camelôs...

M. – Sim, sim...

F. – Entendeu?

M. – Sim.

F. – Mas é comum, não é? Sempre teve isso de tirar os camelôs, levar as coisas...

M. – Aham.

F. – E a PM é só o Bangu Presente mesmo.

M. – Sim

F. – Fora isso mais nada mudou não.

M. – E você acha que com esse Bangu Presente está mais tranquilo?

F. – Cara, pode estar um pouco mais tranquilo porque qualquer briguinha eles já separam...

M. – Sim.

F. - ... levam quem tem que levar.

M. – Sim.

F. – Mas tipo assim cara, como eu fico mais preso aqui na banca eu só olho o que está a minha frente.

M. – Sim, entendi.

F. – Entendeu? Se estiver acontecendo algo atrás da banca eu também não vou saber.

M. – [risos] Entendi, é...

F. – Vira e mexe aqui tem briga e eles separam e levam quem tem que levar na hora.

M. – Aham.

F. – Entendeu?

M. – E geralmente é briga de feirante, ou o que?

F. – É de enfeite?

M. – Não, é briga de... é, vendedores, de ambulantes?

F. – De ambulantes? Se eles implicam?

M. – É, ou não?

F. – Não, eles não implicam não, eles só vêm aqui para fazer a segurança mesmo, eles não implicam com vendedores e ambulantes não.

M. – Aham, sim.

F. – Eles trabalham normal.

M. – Sim.

F. – Só a Guarda Municipal quando vem mesmo, mas tipo, Bangu Presente não influencia nada aqui não.

M. – Sim.

F. – Não mexe, não tira camelô não.

M. – Entendi, entendi. [interrupção]... Opa, ok, então. Obrigado, tá?

F. – Tá, te adiantou alguma coisa aí?

Fim do áudio

Entrevistada: Inês

Entrevistadores: Marcelo

Local: Calçada de Bangu, Pastelaria do Neto

Data: 10/12/2021

Primeiro áudio

M. – Tá, ok. É, tá... Então, antes eu quero saber mais sobre você, assim: qual é o seu nome, a sua idade...

Inês – Meu nome é Inês, eu tenho 19 anos.

M. – Dezenove anos?

I. – Isso.

M. – E há quanto tempo você já trabalha aqui?

I. – Eu trabalho no pastel e caldo de cana vão fazer dois anos.

M. – Sim, sim. E antes?

I. – Antes eu trabalhava de... Era ajudante assim na rua também, só que era com negócio de churrasquinho. Meu tio começou montando um negócio de churrasco, tipo aqueles que tem perto do shopping ali.

M.– Aham.

I.– Ai ele vendia cerveja, churrasco, era coisa assim. . .

M.– Sim.

I.– E eu era ajudante.

M.– Sim.

I.– Eu vendia junto com ele.

M.– Entendi. E você veio para cá por quê?

I. – Ah, porque ganha mais não é? Eu saí de lá e vim trabalhar pra cá.

M.– Ah, entendi, entendi.

I. – Aí pedi a uma amiga minha para arrumar para mim.

M.– Sim.

I. – Porque eu estava trabalhando lá...

M.– Aham.

I. – E como ela falou que recebia mais aqui, ela conseguiu arrumar uma vaguinha para mim e eu vim.

M.– Ah, entendi. O Neto é ele, não é?

I. – É o meu patrão. É.

M.– [risos] Entendi. E você mora aqui perto?

I. – Eu moro ali no Cavalo de Aço.

M.– É para cá, não é?

I.– É, pertinho.

M.– Pertinho. Então você vem de van ou de ônibus?

I. – Eu venho de kombi junto com eles...

M.– Aham.

I.– ... quando tem espaço, aí vem o motorista, que é o patrão, vem eu e ele.

M.– Sim, sim.

[Nesse momento, uma cliente se aproxima e interrompe a entrevista]

Cliente. – Tem pastel de que?

I.– Tem carne com queijo, queijo, pizza, bolinho de carne seca e carne moída.

C.– É quanto?

I.– Cinco reais o salgado e três o caldo, o rodízio.

C.– E o [ininteligível]...

I.– Dois.

M.- [Ininteligível]

I.– É pizza?

C.- [Ininteligível]

Fim do primeiro áudio.

Segundo áudio

M.– É, tá... Então... Antes de ter esse emprego, você já frequentava o Calçadão?

I.– Já, já frequentei aqui várias vezes. Minha mãe gosta muito de passar aqui, entendeu? Comprar as coisas e eu vinha com ela.

M.– Ah, entendi. E quais coisas ela comprava assim?

I.– Ah, ela gosta de ir no Ponto Mix, no Shopping e na Caixa mesmo, a gente vem na Caixa aí direto.

M.– Ah sim.

I.– Essa fila absurda, não é?

M.– É, sim, sim. E o que você acha do Calçadão?

I.– Ah, eu gosto, mas assim, bastante variedade para comprar. Eu gosto.

M.– Ah é?

I.– Eu gosto de passear aqui, andar. Final de ano começou a encher de novo, mas...

M.– Aham.

I.– A pandemia deu uma parada.

M.– Sim. E vocês ficaram um tempo em casa sem vir?

I.– Ficamos, mas não foi muito tempo não. Nós ficamos... foram 15 dias assim que começou a pandemia e depois eles liberaram a gente para trabalhar.

M.– Ah é?

I.– Sim.

M.– Entendi. E ficava cheio ou vazio?

I.– A barraca que você diz?

M.– É.

I.– Ficava cheio.

M.– É?

I.– Ficava. As pessoas continuam saindo para a rua mesmo na pandemia.

M.– Sim.

I.– E não era para sair, era para ficar em casa, não é?

M.– [risos]

I.– Mas eles continuam saindo e continua cheio. Agora deu uma caída, agora está melhorando de novo, entendeu?

M.– Sim, sim, sim, entendi. E você vê muito aqui a guarda ou a PM e tal?

I.– Eu vejo. Toda hora eles estão passando aqui.

M.– Ah é?

I.– Toda hora. Eles implicam muito com a gente montando a Kombi aqui, não é? Mas...

M.– Ah sim.

I.– Aí é o certo também, não é? Pois é o local dos outros passarem, já está cheio de barraca, cheio de coisas. Mas eles passam aqui toda hora.

M.– Sim, e eles multam e tal ou não?

I.– Se eles multam?

M.– É... se eles multam.

I.– Multam? Aqui não.

M.– Aqui não?

I.– Eles multam só os carros que param aí do lado, mas a gente não.

M.– Sim, entendi. E como que é com os outros camelôs e tal?

I.– Outros?

M.– É, sim.

I.– Os outros camelôs?

M.– É.

I.– Se eles multam?

M.– É.

I.– Outros camelôs?

M.– Sim, você vê?

I.– Olha, eu nunca vi. Eu já vi eles multando a Kombi dos garotos ali das frutas e do ovo.

M.– Sim, sim.

I.– Mas só isso mesmo.

M.– Sim.

I.– Outras coisas... nunca reparei não.

M.– Sim, entendi. É. E você já viu aqui briga, ou assim...

I.– Briga?

M.– É, ou algo assim?

I.– Não, só ontem que ele, como eu falei, não é? Da Kombi que eles implicam muito...

M.– Sim.

I.– Ontem, nós colocamos a Kombi aqui para desmontar e ele achou que nós iríamos deixar a Kombi aqui, sendo que dormiu até o câmbio ali.

M.– Sim.

I.– Aí eles acharam que era nossa. [risos]

M.– Aham.

I.– Aí veio aqui fazer graça, mas nós falamos que não era nossa e que era porque ele ainda estava saindo com a Kombi.

M.– Aham, sei. Aí...

I.– Só isso.

M.– Entendi, entendi. E com esse Segurança Presente?

I.– Com esse pessoal do camelô?

M.– É.

I.– Se eu já vi briga deles?

M.– É.

I.– Não, nunca vi. Eu nunca vi, porque, até porque nós começamos a trabalhar aqui uma boa o que? Vão fazer duas semanas? Vão fazer duas semanas que nós começamos a montar aqui porque era outra pessoa que ficava nesse stand.

M.– Aham. Ah, é?

I.– Aí então eu nem sei.

M.– Sim, sim. E sobre os sons?

[Nesse momento, Beat It começa a tocar ao fundo do áudio]

I. – O som?

M.– É, o que você acha?

I.– Eu gosto, anima um pouquinho, não é?

M.– Ah é?

I. – É. [risos] É, eu gosto. De noite que eles botam ali, quando eles estão desmontando tudo, lá para às sete horas assim...

M.– Aham.

I.– Eles botam ali, aí fico escutando, até me divertindo um pouco, não é? Distraí a mente...

M.– Sim, sim.

I.– Mas eu gosto.

M.– E vocês estão aqui, assim, quando?

I. – Nós estamos de segunda à sábado. Domingo a gente vai para a feira.

M.– Sim.

I.– Aí as feiras são todas para longe, lá para Caxias, Santa Cruz da Serra.

M.– Aham, sim. E vocês pegam cedo aqui?

I.– Nós pegamos de seis horas da manhã e largamos às sete horas da noite.

M.– Sim. É, então umas doze horas, não é?

I.– Isso, dá.

M.– E vocês que montam, assim?

I.– Quase isso, aí a gente monta, desmonta, aí tem que guardar tudo na Kombi e, chegando no galpão tem que tirar tudo para lavar.

M.– Sim.

I. – Aí guarda de novo e de manhã tem que repor a mercadoria.

M.– Aham.

I.– Aí traz.

M.– Sim.

I. – Aí trabalha de novo, o mesmo processo todo dia.

M.– Sim.

I.– Desmontar, montar, todo dia. É cansativo.

M.– E o galpão é perto?

I.– É lá para Santíssimo.

M.– Sim, sim. Ah, então...

I.– É para lá. Ah é perto, eu acho.

M.– É.

I.– Pertinho.

M.– É... de Kombi, não é?

I.– É.

M.– Até vai. Entendi. E esse é o teu único emprego?

I.– Emprego?

M.– É, ou você tem outro?

I.– Não, esse é o único.

M.– Sim.

I.– Agora eu estou trabalhando todos os dias, mas antes eu trabalhava só, assim, dias de domingo.

M.– Sim.

I.– Às vezes eu cobria a folga de alguém, mas agora eu estou fixa, trabalhando todo dia.

M.– Entendi, entendi. É... E o que você acha dessa infraestrutura... de ter essas...

I.– Essas barracas?

M.– É, aqui. O que você acha?

I.– Eu não tenho o que dizer, até porque eu nunca frequentei elas. Tem gente que gosta e tem gente que não gosta.

M.– Sim.

I.– Eu particularmente nunca fui comer nem ali nem em lugar nenhum, entendeu?

M.– Sim.

I.– Hoje veio uma amiga aqui, uma cliente...

M.– Sim.

I.– Aí pediu para ver todos os nossos panos. Ó, tudo branquinho, falou que foi lá, viu...

M.– Aham.

I.– Foi... acho que na ali de cima, não lembro direito. Ela viu... aí caiu um salgadinho no chão, a mulher pegou e fritou mesmo assim, aí ela comeu.

M.– [risos]

I.– Errado, não é? [risos]

M.– É, sim! [risos]

I.– Totalmente errado, não é? Mas fez isso.

M.– Sim.

I.– Eu não sei, porque eu nunca fui comer, então não tem como eu falar sobre um lugar que eu nunca fui, entendeu?

M.– Sim, aham, sim, sim. E quando você está de folga, você também vem, assim, para cá?

I.– Quando eu estou de folga? Eu procuro resolver meus problemas, não é?

M.– Aham, sim.

I.– As coisas em casa, como eu estou trabalhando todo dia. . . tem que, não é?

M.– Ah sim.

I.– Aí quando estou em casa tenho que resolver os problemas, mas às vezes, quando nós começamos, fazemos duas semanas, ainda não folguei não. Fiquei doente, aí fiquei sem vir.

M.– Aham.

I.– Dois dias, não foi? Fiquei sem vir dois dias.

M.– Sim, sim.

I.– Mas, não, não venho. [risos]

M.– [risos] Sim, entendi. Ok então.

I.– É isso? [risos]

M.– Obrigada. Sim, sim.

Fim do segundo áudio

Data: 17/06/2022, Sexta-Feira

Local: Calçadão de Bangu

Interlocutores: Marcelo; Kaiane

Kaiane: Antigamente, ficava muito uma galera hippie lá do outro lado. Agora, quase não tem mais.

M: Você sempre vem andando daquele lado?

Kaiane: Eu demoro uns 15 minutos até lá. Da minha casa até o Shopping dá uns 30.

Data: 17/06/2022, Sexta-Feira

Local: Calçadão de Bangu, Rua Professor Clemente Ferreira

Interlocutores: Marcelo; Kaiane; Raniel

Raniel: Aqui, em Bangu, o pessoal só vem para o Shopping.

Kaiane: Não pro Calçadão?

Raniel: É. . .

Data: 05/07/2022, Terça-Feira

Local: Escada rolante da Estação Bangu

Interlocutores: Sem identificação

Voz feminina: É, é isso aí. . .

MotoTáxi Azulzinho: O MotoTáxi Azulzinho é pra você. Exatamente, saídas a partir de cinco reais. Vem, gente. Bangu Shopping, Fórum, cartório. Ahn, para onde você vai? Para onde você vai?

Data: 19/07/2022, Terça-Feira

Local: Calçadão de Bangu, Rua Professor Clemente Ferreira

Interlocutores: Sem identificação; Marcelo; Raniel

Voz masculina: Película, capa, carregador barato, hein.

M: Eu vejo que muita gente usa som aqui, bota uma música e tal. Você acha que isso ajuda ou...

Raniel: Não... é pra se mostrar.

M: É?

Raniel: Não é vantagem não. Fica mó barulhão, pessoal fanfarrão.

M: Então, é mais pra...

Raniel: É mais pra chamar atenção. Pessoal acha que isso é método, estratégia de venda.

ANEXO C – Matérias de Jornal

JORNAL DO BRASIL. “Bangu terá tráfego melhor”, publicada em 04 de janeiro de 1990

JORNAL DO BRASIL. “Bangu ganha rua para pedestres”, publicada em 29 de julho de 1990

JORNAL DO BRASIL. “Calçadão dá espaço ao lazer”, publicada em 18 de abril de 1991.

JORNAL DO BRASIL. “Calçadão de Bangu é inaugurado com festa”, publicada em 23 de abril de 1991

JORNAL DO BRASIL. “Show festeja novo calçadão de Bangu”, publicada em 26 de abril de 1991

JORNAL DO COMMERCIO. “Comércio de Bangu movimenta Cr30 Bilhões mensalmente”, publicada em 22 de março de 1993

JORNAL DO BRASIL. “Ventiladores somem das prateleiras”, publicada em 04 de janeiro de 1998

JORNAL DO BRASIL. “Tolerância zero com os camelôs”, publicada em 24 de novembro de 1999

JORNAL DO BRASIL. “Ventiladores somem das prateleiras”, publicada em 04 de janeiro de 1998

JORNAL DO BRASIL. “Abalou Bangu”, publicada em 28 de março de 1999

ANEXO D – Legislações

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. Lei 1876/1992

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Decreto 13810/1995

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Decreto 15052/1996

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Decreto 44838/2018